



# Projeto Livro Livre

## Iba Mendes

"O livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive."

Padre Antônio Vieira

# História



*História Antiga*  
*Contada no ano de 1900*



**Iba Mendes Editor Digital**  
[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)

# *História Antiga*



Adaptação e projeto gráfico

Iba Mendes

---

Publicado originalmente em 1900, pela Companhia Nacional Editora, em Lisboa – Portugal, sob a administração de Justino Guedes.

Livro Digital nº 137 - 2ª Edição - São Paulo, 2019.

**História** - Literatura Portuguesa.

**Autor Desconhecido**  
(?)



---

**Iba Mendes Editor Digital**  
[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)

# PROJETO LIVRO LIVRE



*Oh! Bendito o que semeia  
Livros... livros à mão cheia...  
E manda o povo pensar!  
O livro caindo n'alma  
É germe — que faz a palma,  
É chuva — que faz o mar.*

**Castro Alves**

O **Projeto Livro Livre** é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, livre e gratuito, de obras literárias já em Domínio Público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital. Sendo assim, não objetivamos fins comerciais ou promoção política. Tal qual o saudoso Nelson Jahr Garcia, pioneiro na divulgação do Livro Digital no idioma português, sempre estudei por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos. Por isso, sinto-me também na obrigação de "*retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou*". Daí o nosso esforço que se resume na simplicidade e na solidariedade.

\*\*\*

Segundo normas e recomendações internacionais estabelecidas pela maioria dos países, incluindo Brasil e Portugal, uma obra literária entra em Domínio Público 70 anos após a morte do seu criador intelectual.

O nosso Projeto, que tem por objetivo colaborar na divulgação da Literatura em Língua Portuguesa, em suas variadas modalidades, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por imprecisa razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza de nos informar no e-mail: [iba@ibamendes.com](mailto:iba@ibamendes.com), a fim de que seja imediatamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso dos bens culturais. Assim esperamos!

\*\*\*

O Livro Digital é – certamente – uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade das editoras comerciais. Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser digitalizado e compartilhado nos mais variados formatos digitais, tais como: PDF, MOBI, EPUB, entre muitos outros. Contudo, trata-se de um processo lento e exaustivo, principalmente na esfera da realização pessoal, implicando ainda em falhas decorrentes da própria atividade de digitalização. Por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras. Embora todos os livros do **Projeto Livro Livre** sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que algumas dessas falhas passem despercebidas. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de eventuais incorreções, pedimos gentilmente que entre em contato conosco, a fim de efetuarmos as devidas correções.

\*\*\*

Ressaltamos, por fim, que o **Projeto Livro Livre** não se limita a simples publicação de textos já disponíveis na Internet, sem qualquer critério. Em vez disso, pautamos nosso trabalho no esmero gráfico e ortográfico, na digitalização e atualização de novas obras, na publicação de autores do nosso tempo, na conversão de livros em áudio etc. Buscamos assim popularizar o Livro Digital, tornando-o acessível a qualquer pessoa e sem nenhum custo.

É isso!

**Iba Mendes**

# HISTÓRIA ANTIGA



## INTRODUÇÃO

Conforme ao que dissemos no tratadinho de *História Universal*, começa a *História Antiga* desde as mais remotas épocas de que possa haver-se conhecimento e prolonga-se até ao século V da era cristã.

Nela se compreende a época da fase brilhante dos povos orientais, a qual mais tarde esmoreceu perante a supremacia que vieram a adquirir as civilizações clássicas — primeiro a grega e depois a romana — na Europa, comparativamente com os poderosos e vastos impérios da Ásia e do norte da África. O longo período da História Antiga fecha com o desmoronamento do império romano.

A *História Antiga* pode dividir-se em três períodos, cada um dos quais se divide por sua vez em épocas principais.

Os três períodos são: o dos *tempos primitivos*; o dos *tempos mitológicos*; e o dos *tempos históricos*.

O primeiro período compreende duas épocas principais: a da *origem do homem*, e a do *dilúvio* e da *dispersão dos homens*, segundo a tradição bíblica.

No segundo período notam-se três épocas principais que são: a dos *tempos idólatras*, caracterizada pela fundação dos impérios da China, da Ásia, do Egito, e da Grécia, e pela tendência que os povos tinham a elevar à categoria de deuses os seus primeiros soberanos; a dos *tempos heroicos*, em que apareceram grandes conquistadores, fundadores de cidades, e outros homens notáveis, que os povos, então já mais adiantados, se limitaram a considerar na categoria de heróis ou semideuses; a dos *tempos poéticos*, ou época em que os profetas e os poetas exerceram uma ação eficaz sobre o progresso da civilização, e deram a forma poética às tradições e à legislação.

No período dos *tempos históricos* (aquele de que possuímos noções mais seguras e mais positivas) são seis as épocas principais, a saber: a *época legislativa*, em que sobressaem quatro personagens mais notáveis: Licurgo, Numa, Sólon e Confúcio; a *época da grande glória da Grécia*, na qual esta nação teve a supremacia da civilização na Europa, então começada a aproveitar pela expansão progressiva do Oriente; a das *conquistas dos Romanos*, que se substituíram aos Gregos na dominação e na influência, e alargaram consideravelmente a colonização até ao ocidente da Europa; a das *dissensões intestinas da república romana*; a do *grande esplendor do império romano*; a da *decadência do mesmo império*, cujo desmoronamento põe termo à História Antiga, e abre com a invasão dos Bárbaros do norte o período da História da Idade Média.

Reina ainda bastante incerteza na ciência da História acerca da verdadeira época do aparecimento do homem sobre a superfície da Terra. Por muito tempo foi geralmente aceito que, se tal época não era exatamente contemporânea das mais antigas civilizações orientais de que temos notícia, pelo menos não era anterior ao atual período geológico, e que o homem somente havia aparecido pela primeira vez num período relativamente recente e já contemporâneo da fauna e da flora atuais, cerca do lugar em que as tradições de diferentes povos fazem demorar o berço da espécie humana.

Os descobrimentos da Geologia, ciência moderna mas já abundante em resultados definidos, tem, porém, tirado o valor aquela noção e demonstram ser mais antiga a existência do homem na superfície da Terra. Com os elementos que aquela ciência lhe fornece, a Arqueológica Pré-histórica, de criação muito recente mas de rápidos progressos, tem chegado a adquirir o conhecimento de que o homem existia desde uma época muitos milhares de anos anterior à atual, tendo até chegado a ganhar nessas remotíssimas idades um certo grau de cultura, traduzido no exercício de indústria, de comércio, e ainda noutras manifestações de atividade.

A existência do homem primitivo, ou do *homem pré-histórico*, ou de raças humanas de que pela História propriamente dita não temos conhecimento algum, é-nos revelada pelo descobrimento de

instrumentos de pedra (utensílios mais ou menos grosseiramente fabricados com aquele mineral, e afeiçoados a diferentes usos) e pelo de fragmentos de peças de louça, de armas e de diferentes outros utensílios de uso doméstico, tudo em camadas de formação anterior ao atual período geológico.

Estes vestígios evidentes do homem pré-histórico encontram-se nas escavações feitas nas camadas de terreno correspondentes ao período que a Geologia denomina *quaternário*, período que é o imediatamente anterior ao atual. Mais recentes descobrimentos, porém, parecem provar que a existência do homem é ainda anterior aquele período. Escavações feitas em terrenos do período *terciário* tendem efetivamente a revelar a existência do homem durante a formação dos mesmos terrenos. É no terreno denominado *mioceno* que se encontram os vestígios que levam a essa conclusão, e daí provêm o nome de *homem mioceno* ou *homem terciário* ao homem que se julga ter existido no referido período geológico.

Não aceitam ainda todos os arqueólogos a existência do homem terciário; mas a opinião que a defende vai cada dia ganhando mais terreno. O congresso de Antropologia e de Arqueologia Pré-histórica, que em 1880 se reuniu em Lisboa, tratou essa questão e contribuiu muito para a sua resolução definitiva, sendo importantes os dados que para isso forneceram as escavações feitas no nosso país e os achados nelas realizados pelo eminente geólogo português Carlos Ribeiro, há pouco falecido.

A Arqueologia Pré-histórica divide o período *quaternário*, sob o ponto-de-vista da existência de vestígios da espécie humana, em duas épocas: a *idade paleolítica*, ou da pedra lascada; e a *idade neolítica*, ou da pedra polida. A substância de que são fabricados os instrumentos achados, e a perfeição relativa do seu fabrico, são os fundamentos que fornecem os caracteres distintivos das duas idades.

À idade paleolítica pertencem armas e instrumentos de sílex, principalmente machados, talhados toscamente pela separação de

lascas tiradas pela percussão. Estes instrumentos tinham evidentemente por fim o cortar, e alguns, de pontas mais aguçadas, o de furar. Alguns há, com forma semelhante à das raspadeiras, que deviam servir para preparar as peles de animais, com que se vestiam os primeiros homens. Os vestígios correspondentes a esta época Pré-histórica fazem crer que o modo de viver da espécie humana foi então de extrema simplicidade, que eram desconhecidos os animais domésticos e a agricultura, que os homens vagueavam pelas florestas virgens, alimentando-se com os frutos silvestres e com o produto da caça, e abrigoando-se nas cavernas naturais, cuja posse às vezes se viam obrigados a disputar aos animais ferozes. A alimentação dos que viviam à beira do mar ou dos lagos consistia em peixe e marisco. O estado social devia ser o mais rudimentar possível; apenas se pode considerar naquela época esboçado o viver da família. Aquele modo de viver era por certo ainda mais simples e primitivo do que o dos atuais selvagens da Nova Caledônia.

Um pouco mais perfeito foi decerto o viver na idade neolítica. As armas e os utensílios daquela época são distintos dos da idade paleolítica por certas particularidades de forma e pela maior perfeição do trabalho, a qual já denuncia um mais adiantado estado de educação, havendo entre os fragmentos de louça e entre os objetos de ornato encontrados alguns que revelam uma certa indústria, ainda rudimentar, mas já com algum desenvolvimento. Julga-se que nestas épocas se praticou já o comércio, por se encontrarem em algumas localidades substâncias que eram produzidas em sítios distantes, assim como vestígios da existência de oficinas levam a crer que efetivamente a indústria se delineava já com feições pronunciadas.

Aos últimos tempos da idade neolítica pertencem os chamados *kjoeckkenmoeddinger* ("restos de cozinha"), que são grandes aglomerações de conchas de diferentes mariscos, misturadas com carvão, encontradas nas costas da Dinamarca, e também mais recentemente no vale do Tejo, junto a Muges, pelo já citado geólogo Carlos Ribeiro. Pertencem também à mesma época as *palafitas*, ou povoações lacustres, achadas pela primeira vez no



lago de Zurique em 1853, e que consistem em reuniões de cabanas junto das margens dos lagos, construídas sobre base de estacaria mergulhada na água. Nas *palafitas* encontram-se notáveis vestígios, que provam o relativo adiantamento da espécie humana naqueles tempos. É assim que a existência de cereais demonstra que já havia agricultura; a de tecidos, que a indústria se tinha adiantado; a de fragmentos de animais domésticos, um viver social em via de progresso.

A existência de utensílios de metal nas *palafitas* indica que a época destas se prende cronologicamente ao começo dos tempos históricos, ou pelo menos ao período que precedeu a aurora das mais antigas civilizações do Oriente. Começa nesse ponto a *idade de bronze*, ou aquela em que as armas e os diversos utensílios, até então construídos exclusivamente de pedra, começam a ser substituídos por outros fabricados de bronze.

A *idade de bronze* variou muito em duração nos diversos países da Europa, sendo em alguns povos uma época inteiramente histórica, e pertencendo, pelo que respeita a outros, à Arqueologia Pré-histórica. No seu todo deve considerar-se como um período de transição entre os tempos pré-históricos e os tempos históricos.

Os povos que figuram na História da Antiguidade provêm de uma das três raças semítica, camítica e jafétida (mais geralmente denominada ariana ou indo-europeia), as quais por isso se dizem raças históricas. A existência destes três troncos primitivos é revelada pela tradição bíblica e confirmada pelas modernas investigações etnográficas. Quando, decorrido longo período depois da criação do homem, Deus, ofendido pelos vícios que haviam lavrado em toda a espécie humana, resolveu castigá-la com o dilúvio, apenas quis que escapasse Noé, que era justo, com sua família. Terminado aquele cataclismo, só os três filhos dele ficaram incumbidos de povoar o mundo, e cada um deles — Sem, Cão e Jafé — indo estabelecer-se em pontos diferentes deu origem a uma raça. Sem ficou na Ásia e foi o pai da raça semítica; Cão passou à África e originou a raça camítica; e finalmente Jafé, estabelecendo-se no oriente da Europa, deu origem à raça jafétida, ou ariana, ou indo-

européia, assim denominada, porque na sua expansão ulterior se estendeu até às Índias.

A raça semítica — (ou os semitas) — aparece-nos, no decorrer da História Antiga, povoando um vasto território cingido de um lado pela alta Mesopotâmia e pela parte meridional da Arábia, e do outro pelas costas do Mediterrâneo e pelo rio Tigre. Eram desta raça os habitantes do império da Assíria e de parte da Babilônia, os Hebreus, os Lídios e parte das populações da Síria. Presentemente esta raça está representada pelos Judeus e pelos Árabes. A sua importância histórica deriva principalmente das religiões que nela tiveram origem e do desenvolvimento a que estas chegaram. Nela nasceram a antiga religião mosaica, o cristianismo e o maometismo. Na Idade Média um ramo desta raça — os Árabes — , invadindo a Europa, trouxeram-lhe grande cópia da ciência grega, contribuindo assim para a civilização desta parte do mundo.

A raça camítica — (ou os camitas) — povoou na Antiguidade a Etiópia, o Egito e a Núbia, e incorporou-se também na população de Babilônia e da Arábia meridional. Na atualidade está representada pelos *felahs* do Egito, pelos habitantes da Núbia, pelos *abexins* e pelos *tuaregs*.

A raça ariana — os árias, os indo-europeus — foi representada na Antiguidade pelos hindus, Persas, Romanos e Gregos; e atualmente está-o sendo pelos descendentes destes povos e pelos Germanos e eslavos. Os povos indo-europeus são os mais importantes sob o ponto-de-vista histórico; estendem hoje o seu *habitat* desde o norte da Europa até às margens do Ganges; é no meio deles que se passa o grande movimento do progresso social, e a sua expansão colonizadora estende-se até aos confins do Novo Mundo, para onde tem transplantado as maravilhas do progresso e os mais perfeitos métodos de cultura intelectual.

Há nas três raças históricas de que temos falado um grande número de variedades, devidas, não só a cruzamentos, mas também a modificações filhas da diferente ação dos climas e da diversa influência do meio.

O estudo dessas diferentes variedades leva a uma classificação diferente da que sob o ponto-de-vista histórico fizemos, e baseada em caracteres anatômicos que são do domínio da Antropologia.

Os principais povos que figuram na História da Antiguidade são: os Hebreus, os Egípcios, os Assírios e Babilônios, os Fenícios, os Cartagineses, os Sírios, os Persas, os Índios, os Chineses, os Gregos e os Romanos. De cada um deles trataremos em capítulo especial.

---

## OS HEBREUS

A História dos Hebreus confunde-se no seu princípio com as mais antigas tradições da primitiva idade histórica do homem. A mais antiga fonte em que ela se estuda é o *Genesis*, no qual se acham compendiadas as tradições da criação do homem e da primitiva dispersão das raças históricas, em que primeiro se dividiu a família humana.

Segundo o *Genesis*, Deus, depois de ter criado o mundo, separado a terra dos mares, e povoado aquela de plantas e de animais, criou o primeiro homem, que teve o nome de Adão, e criou-lhe logo depois para companheira a primeira mulher, que se chamou Eva. Deste primeiro par nasceram três filhos: Caim, Abel e Sete. O primeiro, que se deu à cultura dos campos, matou por ciúmes a seu irmão Abel, expatriando-se em seguida e indo fundar a cidade de Enóqua, que tomou tal nome do primeiro filho (Enoque) do seu fundador. Abel exercera o mister de pastor. Sete, o terceiro filho de Adão, teve numerosa descendência, na qual se tornou notável Noé, pelas circunstâncias que vamos referir.

Em tal devassidão haviam caído os homens, que Deus, como que arrependido de os haver criado, resolveu exterminá-los; mas, como Noé e sua família conservavam vida virtuosa, no meio do viver vicioso do resto da humanidade, determinou também Deus fazer exceção a respeito deles. Mandou por isso a Noé que construísse uma arca, na qual se metesse com a sua família e com um certo número de animais de todas as espécies; e, feito isso, mandou à terra

o dilúvio, que tudo alagou e em que pereceram todos os homens e animais, exceto os que se continham na arca, a qual flutuava na superfície da água.

Terminado o dilúvio, que durou quarenta dias, e tendo baixado as águas e descoberto de novo a superfície da terra, pousou por fim a arca sobre o monte Ararate, na Armênia. Saiu dela Noé, com sua família e com os diferentes animais, e começou a cultivar a terra. Foi ele o primeiro que cultivou a vinha, fabricou vinho e com este se embriagou.

Falavam a princípio todos os homens a mesma linguagem; mas o seguinte acontecimento deu origem a que entre eles se multiplicassem as línguas. Tendo-se estabelecido e havendo alargado a sua ocupação nas planícies de Senaar, entre o Tigre e o Eufrates, tornaram-se orgulhosos do seu valor e poder, e conceberam o plano de construir uma torre, que chegasse ao céu. Começaram a pôr em prática o seu temerário intento; mas Deus, para castigar tamanha ousadia, confundiu-lhes as linguagens, por forma que eles, deixando de compreender-se uns aos outros, tiveram que abandonar a obra e que dispersar-se. A torre ficou, pois, por construir-se e denominou-se *Babel*, vocábulo que quer dizer: *confusão*. Foi aquela dispersão que deu origem à separação das três raças, *semítica*, *camítica* e *jafétida*, dos nomes dos três filhos de Noé — Sem, Cão e Jafé.

Pouco a pouco se extinguiu na memória dos homens a sua História primitiva e as lições e preceitos que nessa História se continham. Resolveu por isso o Senhor escolher entre os descendentes de Sem uma família, que houvesse de ser a guarda e a depositaria das antigas crenças e tradições. Essa família foi a de Taré, originária de Ur (na Caldeia), e que, por causa da falta de pastagens para os gados, havia ido estabelecer-se na cidade de Harã (na Mesopotâmia). Foi ali que Deus revelou a Abraão, filho do dito Taré, a missão divina que lhe destinara e como resolvera constituí-lo chefe da raça predestinada ou do *povo escolhido*. Por mandado do Senhor fez Abraão várias peregrinações. O Senhor abençoou-o, prometeu-lhe grande descendência e disse-lhe que teria de sua

mulher Sara, até então estéril, um filho, — o que se realizou com o nascimento de Isaac.

Deus, para experimentar a fé e a obediência de Abraão, ordenou-lhe que lhe sacrificasse seu filho Isaac, ao que ele sem repugnância se prontificou, afastando-se para consumir tal sacrifício. Quando ia a descarregar o golpe, Deus lho impediu, detendo-lhe o braço e dando-se por satisfeito com aquela prova de obediência.

Isaac teve dois filhos, que foram Esaú e Jacó. Este último, conquanto mais novo, foi o que recebeu a bênção do pai, que estava cego, e que foi enganado, julgando que abençoava Esaú. Aquela bênção, obtida sub-repticiamente, por conselhos e indústria de sua mãe, Rebeca, e à qual estava anexo o cumprimento das promessas que Deus fizera a Abraão, deveu Jacó o herdar o patriarcado do povo hebreu. Temendo, porém, a vingança de Esaú, ausentou-se para a Mesopotâmia, onde, depois de servir por muitos anos a seu tio Labão, casou com as duas filhas deste, Lia e Raquel.

Teve Jacó doze filhos, que são os doze patriarcas, cabeças e origens das doze tribos do povo de Israel, nome que também teve o mesmo Jacó. Esses patriarcas foram: — o 1º, Ruben; o 2º, Simeão; o 3º, Levi (cujos descendentes foram destinados ao sacerdócio e a serem ministros do templo de Deus); o 4º, Judá; o 5º, Dan; o 6º, Neftali; o 7º, Gade; o 8º, Aser; o 9º, Issacar; o 10º, Zebulom; o 11º, José; o 12º, Benjamin.

Os mais velhos de entre eles começaram a ter inveja a José, por verem que era o mais estimado de Jacó, e por fim intentaram matá-lo, lançando-o numa cisterna; mas, mudando de resolução, venderam-no como escravo a uns medianias, que o levaram para o Egito, onde foi comprado por Putifar, criado de Faraó, rei daquela nação. Serviu José a Putifar com tanta fidelidade, que não se prestou a um crime para que o provocava a esposa do mesmo Putifar. Esta, para dele se vingar, acusou-o aleivosamente de falso crime e por esse motivo foi ele metido num cárcere. Ali Deus revelou-lhe a significação misteriosa de uns sonhos que haviam tido dois dos seus companheiros de cativo. Um destes, como Faraó tivesse um

sonho em que viu sete vacas magras e sete espigas delgadas, que devoravam sete vacas gordas e sete espigas fartas, indicou-o ao rei, como capaz de lhe interpretar o sonho. José explicou com efeito ao rei o sentido daquela visão. Surpreendido e maravilhado Faraó com a sabedoria dele, elegeu-o para seu ministro, e deu-lhe grandes honras e distinções. José casou com a filha de um sacerdote de Heliópolis, da qual lhe nasceram seus dois filhos Manassés e Efraim. Como ministro, e gozando toda a confiança do rei, organizou a arrecadação dos cereais, de modo que, quando chegaram os sete anos de fome, simbolizados nas sete vacas magras e nas sete espigas delgadas do sonho, o Egito estava provido contra a escassez e ainda pode eficazmente socorrer as povoações próximas, nas quais se não tinham adotado iguais providências.

A escassez de alimentos, que também se sentiu em Canaã, terra onde com sua família habitava Jacó, obrigou este a mandar ao Egito seus filhos, a comprar trigo. Soube da chegada deles José e, sem se lhes revelar como seu irmão, obrigou-os a declarar quem eram e a deixarem em poder dele, em refém, a Simeão, enquanto iam a Canaã a buscar-lhe Benjamin, o irmão mais novo.

Obrigados a voltarem ao Egito, por causa da fome que continuava, conseguiram que Jacó, apesar da sua repugnância, deixasse ir Benjamin; e então José, dando-se a conhecer aos irmãos, entre lágrimas de alegria, mandou-lhes que voltassem a Canaã, a buscar Jacó e toda a família. Assim aconteceu, indo toda a família de Jacó estabelecer-se no Egito. Ali viveu ainda Jacó 17 anos, vindo a finar-se na idade de 147, depois de abençoar seus filhos, com bênçãos misteriosas e proféticas, vaticinando que na descendência de seu filho Judá estaria o império e o governo do povo, até vir ao mundo o Messias, que havia de remir o pecado de Adão. Falecido Jacó, ficaram residindo no Egito seus filhos, nas terras que, em atenção a José, lhes havia dado o Faraó, e nas quais tiveram numerosa descendência.

Permaneceram os Israelitas ou Hebreus no Egito por espaço de 217 anos. No decurso destes, os Egípcios, desconfiando deles, oprimiam-nos cruelmente, obrigando-os a trabalhos duros, e o rei mandava

matar-lhes todos os filhos recém-nascidos do sexo masculino, os quais eram lançados ao Nilo. Nascendo Moisés, filho de Anrão e de Joquebede, esta conseguiu ocultá-lo por espaço de três meses; mas, não o podendo conservar escondido por mais tempo, lançou-o aquele rio, dentro de um cesto. Estando a filha do rei a banhar-se no rio, viu a criança, salvou-a e deu-lhe o nome de Moisés, que quer dizer: “salvo das águas”. Depois levou-o para a corte, onde foi criado e passou a mocidade.

Deus, condoído de quanto os Hebreus sofriam entre os Egípcios, resolveu livrá-los da opressão, fazendo-os sair do Egito, por meio de assombrosos milagres. Foram esses prodígios obrados por intermédio de Moisés e de seu irmão Arão, aparecendo primeiro Deus a Moisés no monte Horebe, e mandando-lhe que fosse à presença de Faraó, a pedir-lhe que deixasse sair do Egito o povo de Israel. O rei, bem longe de aceder ao pedido, antes redobrou a perseguição.

Então começaram os milagres. Indo Moisés e Arão à presença de Faraó, para lhe mostrarem como era vontade de Deus o que lhe pediam, lançou Arão na terra uma vara que levava na mão, e a vara logo se converteu em serpente. Quiseram os magos imitar a transformação, convertendo também outras varas em serpentes; mas a serpente em que se tornara a vara de Arão devorou todas as outras. Continuou, apesar de tudo, a obstinação de Faraó; e Deus, para mais claro aviso e para castigo, mandou ao Egito as dez pragas, que assolaram todo o país.

Essas pragas foram as seguintes: a primeira consistiu em se converter em sangue a água dos rios e das fontes do Egito, morrendo todos os peixes; a segunda, numa inumerável multidão de rãs que entravam por todas as casas; a terceira, numa quantidade enormíssima de mosquitos e de outros insetos, que tornavam a vida insuportável; a quarta, numa abundância de moscas, que perseguiram atrozmente homens e animais; a quinta foi uma peste que matou um número enorme de pessoas e fez também grande devastação nos animais; a sexta foi uma epidemia de chagas hediondas e repugnantes, que apareciam nos corpos dos Egípcios e

dos animais; a sétima, uma grande chuva de pedra, acompanhada de terrível trovoada, ficando destruídas por elas as árvores, plantações, sementeiras e pastos; a oitava foi o aparecimento de uma nuvem de gafanhotos, que também produziram incalculável estrago nos campos; a nona manifestou-se por umas trevas muito espessas, que por três dias escureceram o Egito, exceto a terra de Gessem (lugar em que habitavam os Hebreus, aos quais não chegou nenhuma das pragas); a décima consistiu na morte de todos os primogênitos egípcios, desde o filho de Faraó até ao do escravo mais humilde, e também na de todos os primogênitos dos animais.

Movido finalmente Faraó pela décima praga, consentiu que os Hebreus saíssem do Egito. Na noite do dia 14 do mês de Nisan, que corresponde ao de março, saíram, pois, os descendentes de Jacó da terra dos Faraós, em tão grande número, que só homens armados e capazes de pelejar eram mais de 600.000. Guiava-os um anjo por meio de uma coluna, que de dia era formada como que de uma nuvem, e de noite era de fogo. Esta coluna precedia os Hebreus e indicava-lhes o caminho através do deserto. Caminhavam por este, quando Faraó, de novo endurecido, se arrependeu da concessão que fizera, mandou armar todos os seus carros bélicos e saiu com um numeroso exército, a perseguir e cativar outra vez o povo de Israel, que ia já perto do Mar Vermelho. Vendo-se de novo perseguidos pelos Egípcios, os Israelitas começaram a murmurar contra Moisés, por havê-los metido naquele perigo; mas este exortou-os a que tivessem Esperança em Deus e, estendendo uma vara, que levava na mão, sobre o Mar Vermelho, as águas dividiram-se para um e outro lado, deixando no meio um caminho enxuto, pelo qual passaram a salvo os Israelitas. Chegando os Egípcios e vendo as águas divididas, entraram no mesmo caminho para os perseguirem; mas, estando já todos Nele, Moisés levantou outra vez a vara sobre o mar e as águas voltaram à sua posição natural, ficando submerso todo o exército de Faraó.

Em memória da saída do Egito, mandou Deus aos Hebreus que celebrassem perpetuamente a Páscoa, matando todos os anos e comendo com certas cerimônias um cordeiro.



Passado o Mar Vermelho, foram eles caminhando por diversos lugares até ao deserto, — onde começou o Milagre do maná. Era este um manjar delicioso que caiu do céu durante quarenta anos, enquanto os Israelitas peregrinaram no deserto até entrarem na terra da promessa. Com ele se alimentavam, colhendo cada um diariamente uma certa medida, por forma que, se queria guardar alguma porção para o dia seguinte, logo o manjar se corrompia. A peregrinação pelo deserto durou tanto tempo, porque assim o determinou Deus, em castigo das murmurações e falta de fé dos Israelitas à saída do Egito, fazendo-os retrogradar para o deserto, quando estavam já perto da terra da promessa.

Apareceu Deus a Moisés sobre o monte Sinai, e entre raios lhe deu as tábuas da lei, em que estavam escritos os dez preceitos do decálogo, e ditou-lhe as outras leis e cerimônias que queria que fossem usadas pelo seu povo. Enquanto Moisés estava sobre o Sinai — que foi por quarenta dias e quarenta noites — pediram os Israelitas a Arão que lhes fizesse um deus que adorassem e que os governasse. Anuiu ele ao pedido e fabricou um bezerro de ouro, que puseram num altar e adoraram, e ao qual ofereceram sacrifícios. Quando Moisés desceu do monte e teve notícia deste ato de idolatria, depois de orar ao Senhor — em desagravo de tão grande pecado, — em sinal de indignação, quebrou as tábuas da lei, mandou aos levitas que matassem os Israelitas que encontrassem no caminho, calcou aos pés e reduziu a pó o bezerro de ouro, e suplicou a Deus que perdoasse ao seu povo, o que ele fez a final.

Perdoado o pecado do povo, mandou Deus a Moisés que voltasse ao cume do Sinai, com duas tábuas de pedra, nas quais foram de novo gravados os dez preceitos. Mandou depois se construísse um templo cuja guarda e governo foram confiados a Arão, irmão de Moisés, sendo os mais descendentes de Levi feitos ministros do mesmo templo, com o nome de levitas. Este templo, que era portátil, e se chamava também *tabernáculo*, acompanhava o exército e era dividido em duas partes: na interior, que se chamava *sancta sanctorum*, estava a arca do testamento, e só entrava o sumo

sacerdote; na exterior havia um altar, em que se queimavam essências e um candelabro com sete lumes.

Passados quarenta anos de peregrinação estavam os Israelitas na terra da promessa, a cuja vista havia morrido Moisés, na idade de 120 anos e depois de ter abençoado o povo.

A terra da promessa era uma província da Ásia, chamada hoje Palestina ou Terra Santa, que compreendia vários reinos pequenos, conhecidos pela denominação de *reinos dos Cananeus*. Morto Moisés, ficou com o governo do povo Josué filho de Num, ao qual o Senhor apareceu dizendo-lhe que metesse os Hebreus na posse da terra da promessa, dividindo as terras pelas diferentes tribos e famílias. Josué teve que combater e vencer vários povos e reis, e que conquistar várias cidades da Palestina. Dividida esta pelos povos de Israel, obrigaram-se estes a dar a décima parte dos frutos da terra aos levitas.

Morrendo Josué na idade de 110 anos, seguiu-se-lhe o governo dos juízes, dos quais os mais célebres foram Débora, Gideão, Jefté e Sansão. Deste último contam os livros santos que, sendo ainda muito moço e saindo-lhe ao encontro um leão, o despedaçou logo; depois matou de uma vez trinta Filisteus; e de outra, depois de haver quebrado umas cordas muito fortes com que o tinham amarrado, matou mil Filisteus com a queixada de um jumento. Noutra ocasião, encerrado pelos Filisteus na cidade de Gaza, saindo de noite, arrancou as portas da cidade e levou-as a um alto monte. Depois daquelas façanhas e de outras, deixou-se enleiar no amor de Dalila, à qual declarou que a verdadeira causa da sua força consistia em ser dedicado a Deus e em não lhe terem jamais cortado os cabelos; Dalila, senhora de tal segredo, fez com que Sansão adormecesse nos seus braços e, vindo os Filisteus, cortaram àquele os cabelos, pelo que perdeu a força e foi aprisionado.

Os Filisteus, vencido assim Sansão, tiraram-lhe os olhos e trataram-no indignamente até que, passado algum tempo, tendo-lhe novamente crescido os cabelos, recuperou a força; e, sendo então levado pelos Filisteus ao templo de seu falso deus Dagão, para

zombarem dele, abraçou Sansão duas colunas do mesmo templo e moveu-as com tal ímpeto, que o edifício abateu, morrendo esmagados quantos Nele estavam, incluído o próprio Sansão.

O último juiz que governou o povo hebreu foi o profeta Samuel, durante o governo do qual os Israelitas pediram a Deus que lhes desse um rei, o que Deus concedeu, mandando a Samuel que ungesse a Saul, como rei, e esse foi o primeiro dos reis de Israel. A princípio regeu Saul, conforme às leis e ao temor de Deus, mas depois faltou a uma e outra coisa, pelo que mandou o Senhor a Samuel que ungesse como rei a Davi, mancebo muito valoroso, da tribo de Judá, e que havia morto o gigante Golias, que desafiava o exército de Israel. Saul, sabendo da eleição de Davi, perseguiu-o e não quis depor o poder; mas afinal, vencido na guerra contra os Filisteus, suicidou-se. Entrou então Davi na posse pacífica do governo, conquanto tivesse que sustentar guerras contra os Filisteus, os Amonitas, os Sírios, os Idumeus e os habitantes de Damasco, vencendo a todos estes inimigos. Preparou os materiais necessários para edificar um magnífico templo, que não chegou a construir por Deus lho haver proibido; trasladou a arca do testamento para o seu palácio de Jerusalém, fez rigorosa penitência por graves pecados que tinha cometido; compôs muitos salmos em louvor de Deus; e praticou muitos outros atos de soberano justo e sábio.

A Davi sucedeu no reinado seu filho Salomão, que foi muito sábio e sagaz, e cujo governo foi assinalado por grandes riquezas e prosperidades. Durante todo o tempo que governou, conservou em paz o reino de Israel; foi temido e respeitado pelos príncipes vizinhos, muitos dos quais eram seus tributários; as suas frotas levavam-lhe grande quantidade de ouro e de matérias preciosas; floresceu o comércio em todo o país; e a sabedoria do rei era admirada nos reinos estranhos. Empregou Salomão grandes riquezas em edificar um templo grandioso, para a adoração de Deus, onde havia preciosíssimos vasos e um grande número de ministros do Senhor. Esse templo excedeu tudo quanto se pode imaginar de magnificante. Edificou também um suntuoso palácio, para sua morada.

Antes de ter revelado a sua sabedoria em muitos livros que escreveu, mostrou-a também na sabia sentença que pronunciou, conhecida pelo nome de “juízo de Salomão”. Teve ela a seguinte origem. Duas mulheres viviam juntas e tinham cada uma seu filho. Aconteceu morrer uma das crianças, e cada uma das mães dizia ser seu o que ficara vivo. Foram ambas ter com Salomão, para que decidisse a contenda. Decidiu o rei que se cortasse ao meio o menino disputado e que se desse metade dele a cada contendora. Uma das mães aceitou a sentença; mas a outra clamou que antes se desse o menino inteiro e vivo à sua rival. Assim concluiu Salomão que a verdadeira mãe era aquela que não consentia na morte da criança. Mandou por isso que esta lhe fosse entregue.

Por espaço de muitos anos observou Salomão a lei de Deus, governando o seu povo com grande sabedoria e justiça; mas nos últimos anos da vida prevaricou, edificando templos aos falsos deuses, adorados por mulheres estrangeiras que tomou contra os preceitos de Deus. Não se sabe com certeza se chegou a arrepender-se deste pecado, de que foi repreendido pelo Senhor; mas julga-se que se arrependeu, compondo então o livro sagrado chamado *Eclesiastes*, que figura no Novo Testamento e em que mostrou a vaidade das grandezas humanas.

A Salomão sucedeu Roboão, seu filho, príncipe imprudente e tirânico, que, pedindo-lhe o povo que o aliviasse dos tributos, respondeu que não só o não faria, antes os havia de aumentar e tratar os Israelitas como escravos. Vendo e ouvindo isto, dez tribos rebelaram-se contra Roboão, aclamando por seu rei a Jeroboão, homem sedicioso e ímpio; e só as tribos de Judá e de Benjamin ficaram na obediência de Roboão, que se viu obrigado a fugir precipitadamente para Jerusalém.

Dividiu-se assim o reino em dois: a parte que permaneceu sujeita a Roboão chamou-se Reino de Judá, ou Judeia; a outra, que seguiu a Jeroboão, denominou-se Reino de Israel.

Jeroboão esqueceu a lei de Deus, mandou fabricar bezerros de ouro, que fez adorar como divindades, sendo assim causa da maior parte

dos Israelitas caírem em idolatria. Na mesma impiedade viveram os seus sucessores, os 21 reis que governaram Israel por espaço de 254 anos, findos os quais foi o reino destruído pelos Assírios e seu rei Salmanazar, que tomou Samaria e levou cativas as dez tribos de Israel.

No reino de Judá continuou-se a adorar o verdadeiro Deus, ainda que Roboão e muitos dos seus sucessores por várias vezes permitiram a idolatria; por isso foi o reino castigado pelo Senhor, que o entregou aos seus inimigos. O reino de Judá durou por 468 anos, contados do princípio do reinado de Davi. Os pecados dos Judeus foram causa de Deus os entregar aos Caldeus que, governados por seu rei Nabucodonosor, tomaram a cidade de Jerusalém, queimaram o templo do Senhor, e levaram os Judeus para o seu país. Este cativeiro chamou-se o “cativeiro de Babilônia” que durou por mais de 70 anos.

Foi dada a liberdade aos Judeus por Ciro, rei dos Medos, Persas e Caldeus, o qual subjugou estes dois últimos povos, ganhou várias batalhas e tomou Babilônia. Tomada esta cidade permitiu Ciro aos Judeus que regressassem à sua pátria, o que se efetuou sob o mando do sumo pontífice Josué e de Zobabel. Mal chegaram a Jerusalém, o seu primeiro cuidado foi a reedificação do templo, a qual não puderam logo levar a efeito por lho impedirem os Samaritanos, conseguindo por fim conclua-a Zorobabel, mediante o auxílio de Dario I. Por pouco durou a independência dos Hebreus. As reformas de Esdras, nas quais se compreendia a proibição de casamentos com mulheres de outras nações, e a dissolução das famílias até então constituídas contra esse preceito, originaram um cisma, em que parte do povo se reuniu aos Samaritanos, ficando a nação muitíssimo enfraquecida. Aproveitando este estado, subjugaram os Persas a Judeia, cuja História desde então até à conquista de Alexandre se confunde com a das outras províncias humildes, sujeitas ao domínio daquele imperador. Continuou a rivalidade entre os Judeus e os Samaritanos, aos quais os primeiros não permitiam a entrada no templo de Jerusalém. Os Judeus não constituíam assim já um povo, mas uma simples comunidade

religiosa ou uma casta sacerdotal, isolada no meio das outras populações do grande império persa.

Realizada a conquista deste império em tempo de Dario Codomano, submeteu-se a Judeia ao conquistador, sem resistência; por morte de Alexandre foi governada sucessivamente por Laomedonte e pelos reis do Egito e da Síria. Com os Macabeus chegou a recobrar a sua independência, sendo Aristóbulo proclamado rei; mas repetidas guerras civis deram lugar à intervenção dos Romanos na Palestina, chegando Pompeu a entrar em Jerusalém, que ficou desde essa época em estado de incompleta servidão.

Por fim realizou-se a anexação da Judeia aos domínios de Roma, sendo Herodes encarregado do governo dela pelo imperador Augusto; mais tarde aumentaram as dissensões e rixas, que desde o princípio houvera entre Judeus e Romanos, o que levou Nero a mandar Vespasiano, seu general, para reduzir completamente à obediência a Judeia. A conquista desta foi interrompida pelo regresso de Vespasiano a Roma, para assumir o governo imperial, e só veio a ser ultimada pelo imperador Tito, que foi em pessoa à Palestina com um exército de 60.000 homens. À vista do exército romano, aplacaram-se as contendas civis que havia em Jerusalém, e esta cidade defendeu-se durante muito tempo, com um denodo verdadeiramente heroico, contra o inimigo que a cercava. Por fim caiu a última obra de defesa, a cidade foi invadida, e o templo incendiado. Os Judeus, perdida toda a esperança, mataram suas mulheres e filhas e suicidaram-se em seguida, preferindo isso a entregarem-se com vida aos Romanos. A tomada de Jerusalém deu-se no ano 70 da era cristã. O povo Hebreu perdeu, desde então e para sempre, a sua unidade política, apesar de continuar até hoje a existir disperso pelo mundo, com os caracteres particulares da sua raça e da sua religião.

Já depois de submetida a Judeia aos Romanos, mas antes da tomada de Jerusalém, nasceu perto desta cidade, em Belém, Jesus Cristo, quatro anos antes da era atual (ou era cristã).

## OS EGÍPCIOS

As populações que primitivamente habitaram o vale do Nilo foram subjugadas, ou compelidas para o sul, por um povo vindo da Ásia pelo istmo de Suez. Passou-se isto em tempo anterior aos mais antigos monumentos históricos. Aquele povo conquistador, que ali se estabeleceu, veio a constituir o que na História Antiga é conhecido pela denominação de *povo egípcio*.

Nada ao certo é conhecido quanto ao governo primitivo dos Egípcios, que se presume ter sido nos primórdios *teocrático* ou *sacerdotal*. Parece provável que aquele país tinha chegado já a um certo estado de civilização e estava bastante povoado pela época de 2000 anos antes da era de Cristo. Segundo Heródoto, foi Menés o fundador da monarquia egípcia, a qual durou 1663 anos, desde a sua origem até à conquista do Egito por Cambises. O domínio daquela monarquia limitou-se primeiro a Tebas, cidade fundada pelo mesmo Menés, e aos seus arredores; mas este monarca acrescentou consideravelmente o seu território, construindo diques para impedir que o Nilo continuasse a alagar os seus campos marginais. Nos terrenos assim conquistados ao rio, e na extremidade do *delta* deste, edificou uma cidade grande e importante, que teve o nome de Memphis.

Dos séculos que se seguiram ao reinado de Menés apenas há vestígios muito obscuros na História. Reinaram durante eles diferentes dinastias, a mais notável das quais foi a quarta, de que foi fundador Snervu, e que se denominou “a dinastia dos Faraós”. Os três Faraós imediatos sucessores de Snervu foram Quéops, Khavrá e Micerino, que se tornaram célebres por haverem mandado construir as três grandes pirâmides, que foram destinadas a servir-lhes de túmulos. Situadas na planície de Gizé, na margem esquerda do Nilo, a breve distância de Memphis, são aquelas pirâmides os mais notáveis monumentos da civilização egípcia. A de Quéops tem 147 metros de altura, a de Khavrá 138, e a de Micerino 66. A mais alta foi construída em 30 anos, por 100.000 homens, que eram substituídos de seis em seis meses.

Os reis de outra dinastia, a duodécimo, tornaram-se notáveis pelas grandes obras hidráulicas que empreenderam no Nilo, construindo um grande número de canais, para distribuírem as águas pelas diferentes regiões do solo, a fim de lhes aumentar a fertilidade e de prevenir as inundações.

Mais tarde, reinando Timaos, um povo originário da Ásia (os Hicsos ou *Pastores*) invadiu o Egito, cuja antiga civilização destruiu. A invasão, contudo, não se estendeu além do *delta* do Nilo e do baixo Egito. A parte, de que Tebas era capital, escapou à dominação dos Hiksos que por fim foram expulsos do país por Amenófis Tutmósis, descendente dos antigos reis do Egito.

Entre os reis que sucederam a este, houve notável (além de outros) Moeris que executou diferentes obras muito importantes, no número das quais figura o famoso lago que tomou o nome dele, e que foi destinado a receber as águas do Nilo, quando a sua grande abundância ameaçasse o Egito de ser totalmente inundado. Este lago fornecia água, por um grande número de canais, a diferentes zonas que fertilizava.

Tornou-se também muito notável o rei Sesostris (Ramsés Meiamun), que foi o primeiro que armou uma esquadilha; bateu-se com os Árabes, que subjugou, e outro tanto fez aos Lídios e Etiópicos. Empreendeu a conquista da Ásia; e, tendo deixado seu irmão Danao no governo do reino, bateu e derrotou os Assírios, os Medos, os Sitas e os Fenícios; submeteu a Trácia, a Colchida, e chegou até às margens do Ganges. Deixou por toda a parte inscrições, comemorando as suas vitórias. Regressando aos seus estados, dedicou-se a promover o progresso das artes, felicitou o povo com uma paz duradoura, e acrescentou às suas glórias militares a de ter fundado instituições políticas e promulgado leis de geral utilidade. Tendo cegado na velhice, não pode resistir a essa infelicidade e suicidou-se. Os Egípcios, gratos à sua memória, ergueram-lhe templos, nos quais lhe prestavam as mesmas honras que aos seus deuses. Por esse tempo tinha chegado o Egito à fase do seu maior esplendor. Tempos depois começou a pronunciar-se a sua decadência, que as perturbações intestinas contribuíram bastante



para precipitar. A Etiópia proclamou a sua independência; e os povos da Síria, sempre insubordinados e inquietos, negaram-se a pagar os tributos. A unidade nacional veio a quebrar-se, e o país dividiu-se em vinte pequenos estados independentes. As rivalidades entre estes diferentes estados levou-os a admitirem no seu seio os estrangeiros, cuja entrada até ali fora sempre vedada no Egito. Foi então que os Etíopes e os Assírios disputaram o país e fizeram conquistas que, conquanto não fossem duradouras, contudo apressaram bastante a ruína da nação. Depois de expulsos aqueles dois povos, o Egito ficou sendo governado outra vez por príncipes independentes. No delta do Nilo havia doze destes príncipes, os quais constituíram uma confederação, formada dos seus estados, a que se chamou *dodecarquia*. Um daqueles príncipes, porém, chamado Sameticho I, derrubou à mão armada os outros príncipes e restabeleceu a unidade nacional. Durante o reinado deste monarca, ainda o Egito se ergueu um pouco da sua decadência e pareceu querer voltar ao seu antigo esplendor e grandeza; floresceram de novo as letras, as belas-artes e a indústria; e continuaram outra vez um pouco as grandes obras de irrigação que estavam—havia muito—suspensas. Sustentou-se no trono durante 47 anos a dinastia de Sameticho; no reinado de um dos seus descendentes, Amasis, teve o Egito uns anos de certa prosperidade, a que logo pôs termo a conquista persa, realizada por Cambises. Desde esta até à conquista por Alexandre Magno medeiam dois séculos, durante os quais os Egípcios tiveram politicamente uma existência miserável. Com a conquista pelos Romanos, depois da morte de Cleópatra, encerra-se a História Antiga do Egito, que durou uns cinquenta séculos, e na qual se contam 34 dinastias.

Gozou sempre de grande fama a civilização dos Egípcios durante o período da História Antiga. Os próprios Gregos chegaram a gabar-se de que muitos dos seus filósofos e legisladores tinham ido à terra do Nilo instruir-se nas ciências ou na arte de governar. Contudo, fez-se em tempo uma ideia muito exagerada do estado a que a ciência havia chegado no Egito. Atribuem-se a este povo conhecimentos matemáticos, e especialmente astronômicos, muito adiantados; mas não é averiguado que os possuísse em tal

desenvolvimento, — e bem poucos vestígios existiam deles, quando ali foram da Grécia, Eudócio e Platão. A religião, as artes e a filosofia, é que floresceram muito notavelmente naquele país. As ruínas inumeráveis de que todo o seu solo está coberto, bastariam para atestar o grande estado de esplendor a que ele chegou. A História das artes apresenta ali muito mais caracteres de certeza do que a das ciências. Os monumentos, as ruínas, os templos, os palácios, os colossos, que nem a ação do tempo nem a do homem puderam ainda destruir, dão conhecimento do elevado grau de perfeição até onde os Egípcios levaram a cultura das artes; mas, de todos os monumentos do Egito, os mais assombrosos são sem dúvida as pirâmides (construções colossais que se veem ainda em diferentes pontos, e das quais as três mais notáveis são as de que atrás falamos).

O antigo governo do Egito era teocrático; reinavam ali os sacerdotes em nome dos deuses. Os próprios reis estiveram quase sempre sujeitos ao poder sacerdotal, que se mantinha principalmente por efeito da severa distinção das castas. Os sacerdotes constituíam a primeira destas, à qual se seguia a dos guerreiros, depois a dos intérpretes, e a dos trabalhadores (divididos ainda estes em diversas classes, que nunca se confundiam). A todo o egípcio era proibido sair da condição em que nascera e abraçar profissão que não fosse a de seu pai.

---

## OS ASSÍRIOS E BABILÔNIOS

O império assírio no princípio apenas compreendeu o território situado a leste do rio Tigre; mais tarde veio a ser formado por todo o território que ficava entre aquele e o Eufrates, e compreendeu, juntamente com a Assíria propriamente dita, a Caldeia, a Mesopotâmia, a Babilônia e diferentes países tributários. A Caldeia foi, como o Egito, um dos primeiros países em que começou a desenvolver-se com certo grau a civilização; os Caldeus e os Babilônios passam por ser os primeiros povos que fizeram descobrimentos astronômicos; deve-se-lhes a divisão do ano em 365

dias, 6 horas e alguns minutos. É muito incerta a cronologia da História dos Assírios: segundo os livros santos, a fundação de Babilônia e de Nínive realizou-se pelo século XXII antes de Jesus Cristo, Nimrod foi fundador da primeira e Assur da segunda. Nada certo se sabe sobre a História dos povos que habitaram aquelas cidades e ainda outras, anteriormente ao tempo de Belo que, por 1780 antes de Jesus Cristo, criou o império da Assíria, reunindo o reino de Babilônia com o de Nínive.

Nino, sucessor de Belo, aliou-se com os Árabes, derrotou os Armênios e os Medos, estendeu o seu domínio por grande parte da Ásia, e levou as suas conquistas desde o Egito até às Índias. Aumentou consideravelmente a cidade de Nínive, que dotou com palácios e outros edifícios suntuosos. Depois de tomar a cidade de Bactres (capital da Bactriana), casou com Semíramis, viúva do governador da mesma cidade e uma das mulheres mais belas daquele tempo, da qual teve um filho chamado Nínias. Pela morte de Nino, ficou Semíramis herdeira do império, que aumentou com conquistas novas; subjugou a Arábia, o Egito e a Líbia; ilustrou o seu reinado não somente por grandes ações militares, mas também pela administração do país e pelas assombrosas construções, das quais ainda hoje existem ruínas muito notáveis. Tornou Babilônia uma cidade magnífica e grandiosa, cingiu-a com uma muralha de 15 léguas de circunferência, de altura considerável, e com cem portas de bronze em toda a sua extensão. Era tão larga essa muralha que sobre ela podiam passar quatro carroças a par. Construiu também Semíramis uma ponte magnífica sobre o Eufrates (rio que atravessava a cidade) e em cada uma das extremidades dela dois palácios. Um destes era a habitação ordinária da rainha e depósito das consideráveis riquezas que esta recebia de todas as províncias do império; o outro, encimado por oito torres de considerável altura, era um templo consagrado a Belo, e em cujo interior Semíramis tinha mandado colocar estátuas de ouro, de quarenta pés de altura, representando várias divindades. Todo o interior do templo era cheio de baixos-relevos com grande valor artístico, de magníficas estátuas e de vasos de ouro e de prata primorosamente trabalhados. A cidade era muito bela e cortada de lindas ruas e praças, ornadas

de opulentos palácios; mas o que sobretudo maravilhava eram os jardins estabelecidos em terraços elevados sobre o Eufrates e sustentados por abóbadas de altura prodigiosa. Ornados das mais belas árvores, enriquecidos com abundância das mais vistosas flores, eram cortados de límpidos arroios, alimentados por água levada àquela altura por meio de aquedutos e de aparelhos engenhosíssimos. Davam ingresso no jardim soberbas escadarias, ornadas de estátuas e de vasos preciosos, em que vegetavam as mais raras flores e arbustos de todos os países então conhecidos.

Na construção daquelas muralhas e de outras com que opulentou Babilônia, empregou Semíramis 2.000.000 homens durante muitos anos. Imortalizou-se aquela rainha, não só nisso, mas também na sábia administração que exerceu nos seus estados e na organização dos seus exércitos, em que reinou sempre a disciplina mais rigorosa e mais severa e que ela em pessoa comandou muitas vezes.

Tendo-se ausentado no comando de uma expedição destinada a alargar os limites dos seus estados, soube que na capital se estava urdindo uma conspiração para a depor e substituí-la no governo por seu filho Nínias. Não quis ela conservar pela força o trono, que ninguém lhe poderia disputar; e, entregando voluntariamente o governo ao filho, absteve-se de punir os conspiradores, e retirou-se do mundo. A população surpreendida e maravilhada pelo seu súbito desaparecimento— que considerou sobrenatural— erigiu-lhe templos e prestou-lhe honras divinas.

Nínias foi apenas um simulacro de rei. Passou a vida na ociosidade e na indolência, e foi o primeiro que estabeleceu o governo do serralho. Seguiram-se-lhe trinta e três reis que nada fizeram pelo bem do país e de que a História apenas faz menção. O último foi Sardanápalo, cujo nome ficou lendário e serve para caracterizar os soberanos que põem de lado os cuidados da governação, para se darem tão somente à ociosidade e aos prazeres físicos. Sardanápalo, indolente e crapuloso, estabeleceu a sua residência em Nínive, onde passava a vida metido num palácio, cercado de mulheres, cujos hábitos e adornos imitava, deixando em Babilônia o governo

entregue a validos que de tudo dispunham. Nunca visto de seus súditos, sempre encerrado no palácio, onde passava as noites em libações e folgares, não lhe importavam nada os negócios públicos, e só tratava de esconder aos olhos dos súditos os seus ignominiosos hábitos. Um dia Arbaces, governador da Média, surpreendeu-o no meio de um grupo de mulheres impudicas, trajando como elas. Indignado por ver que tantos valorosos Assírios estavam sujeitos a um monarca desprezível, revelou aos seus amigos os vergonhosos hábitos de Sardanápalo, ligou-se com Belesis (governador da Babilônia), e ambos foram pôr cerco ao rei no próprio palácio em que habitava. Depois de tênue resistência, Sardanápalo reduzido a circunstâncias extremas, quis apagar com um esforço supremo de coragem a memória da sua vergonhosa vida. Mandou acender num dos pátios interiores do palácio uma grande fogueira, na qual se queimou com suas mulheres, seus escravos e seus tesouros.

Dos restos do império assírio assim desfeito, formaram-se três grandes reinos: o de Babilônia, o da Média, e o de Nínive ou da Assíria propriamente dita. De Babilônia tornou-se rei Belesis, que transmitiu o poder à sua dinastia, na qual só houve notável o rei Nabonassar, que deu o seu nome a uma era especial começada no ano 747, e sob cujo governo a astronomia fez grandes progressos. Mais tarde caiu Babilônia em poder dos reis de Nínive.

Na queda de Sardanápalo, o principal promotor dela, Arbaces, ficou senhor do reino da Média, e tentou concentrar ali a supremacia Assíria sobre o resto da Ásia. Deu certas franquias liberais aos Medos, os quais por si mesmos trataram de fazer leis, dividiram-se em seis tribos, e criaram juízes para lhes dirimirem os pleitos. Depois da morte de Arbaces, elegeram eles para rei a Dejoces, um dos seus juízes, que fundou a cidade de Ecbatane, onde se estabeleceu com sua família e seu erário, e concentrou a parte mais importante da população, constituindo ali a capital da Média. Aquela cidade, pela sua opulência e pelos seus monumentos, tornou-se em breve tão célebre como Babilônia e como Nínive.

Dejoces teve por sucessor a Fraorto, ao qual sucedeu seu filho Ciaxaro I, que conquistou a Pérsia. Desde então a História da Média

confunde-se com a do segundo império assírio. Sobre a parte do antigo império assírio, de que Nínive era capital, ficou reinando, por morte de Sardanápalo, Nino o *Moço*. Os seus sucessores tentaram reunir aos seus domínios Babilônia, o que chegaram a conseguir em tempo de Assar Haddon. Entre os reis de Nínive, houve notáveis: Ful; Teglat Falasar, que conquistou Damasco; Salmanazar, que subjogou os Israelitas (como atrás vimos); e o terrível Senaqueribe. Reinando Sarac, Nabopolassar (governador da Babilônia) ligou-se com Ciaxaro I, rei dos Medos, e ambos foram pôr cerco a Nínive. Esta cidade foi tomada depois de uma sangrenta batalha, e completamente destruída. Assim acabou, depois de 1.800 anos de existência, esta célebre e opulenta cidade. Nabopolassar tomou o título de rei da Babilônia, que se apropriou de toda a importância e vantagens que desfrutava Nínive e se tornou a capital do segundo império assírio.

Nabucodonosor sucedeu a seu pai Nabopolassar, tornando-se célebre pela conquista do reino da Judeia e pela tomada de Jerusalém (cujos habitantes levou cativos para Babilônia) e por se haver apoderado da Fenícia e destruído a cidade de Tiro. Balthazar foi o último rei do segundo império assírio que, subjogado por Ciro, caiu no domínio dos Persas.

A civilização dos Assírios e Babilônios foi uma das mais notáveis, não só da Antiguidade Oriental, mas também de toda a História Antiga. Ao passo que vão progredindo os estudos históricos e que se vão descobrindo novos monumentos, vai-se pondo cada vez mais em relevo a influência que aqueles povos exerceram no Oriente e na cultura intelectual das populações da Grécia. A civilização dos Assírios e a dos Babilônios apresentam-se-nos como uma só, quer isso fosse devido à comum origem dos dois povos, quer à mutua transmissão de conhecimentos e de usos nos tempos históricos, podendo dizer-se que havia então homogeneidade de meio. Apenas diferem em pontos, a que os diferentes caracteres dos dois povos imprimiam feições especiais. Os Assírios, por exemplo, eram sobretudo guerreiros, corajosos e intrépidos, incansáveis nos exercícios mais violentos e conquistadores insaciáveis; os Babilônios,

conquanto também fossem bons soldados, tinham menos tendência para a guerra de conquista, o que em parte dá a razão de ter sido tão pouco duradouro o seu domínio. Os Babilônios representaram um papel muito importante no comércio da Ásia. Na indústria, eles e os Assírios adiantaram-se consideravelmente, chegando a notável perfeição, sobretudo no que tocava a tecidos preciosos, a ourivesaria, a louça, a esmaltes, etc. De escultura deixaram os Assírios obras de alto valor e merecimento artístico, sempre admiradas e tidas como objetos de grande estimação.

---

## OS FENÍCIOS

Os Fenícios foram um dos povos mais notáveis da Antiguidade Oriental; mas, apesar disso, escasseiam bastante os documentos históricos diretos da sua civilização. A Fenícia compreendia apenas uma estreita faixa de terreno, entre as faldas do monte Líbano e o mar Mediterrâneo. Naquela apertada zona teve a sua evolução um dos movimentos civilizadores da Antiguidade, cuja influência se sente de modo considerável na História Antiga e chega ainda até nós, por meio do alfabeto, pelos Fenícios inventado e propagado.

Os Fenícios são geralmente considerados como um povo pertencente à raça camítica, tendo grandes afinidades com as tribos cananeias que, uns vinte e quatro séculos antes de Cristo, se estabeleceram, disseminando-se, nos vales do Jordão e do Oronte, e nas margens do Mediterrâneo. Contudo eles falavam uma língua da família dos semitas, muito semelhante à dos Hebreus, — e as suas relações com os povos semíticos da Palestina foram sempre muito estreitas.

Em nenhuma época da sua História aparecem os Fenícios com uma unidade nacional caracterizada, como os povos de que anteriormente tratamos. Viveram sempre em cidades separadas, com chefes independentes, de jurisdição limitada a certa porção de território. Era o último limite da descentralização governativa. Contudo sempre uma cidade exerceu hegemonia entre todas as

outras povoações Fenícias. As duas cidades que, como grandes centros políticos e comerciais, exerceram sucessivamente essa hegemonia foram Sídon e Tiro. Daí provêm a divisão da História da Fenícia em dois períodos: o *sidônio* e o *tírio*.

No primeiro período, Sídon (que foi a mais antiga das cidades Fenícias de que há memória nos livros dos Historiadores) exerceu a supremacia da influência sobre as demais populações, organizou grandes expedições marítimas e teve um grande movimento de expansão colonizadora. Tutmés I, rei do Egito, fez aceitar pelos Fenícios a sua suserania; mas esse fato foi-lhes antes útil do que prejudicial, porque lhes proporcionou a faculdade de comerciarem no Egito, passando a estabelecer feitorias nas cidades do *delta*, e chegando até a terem uma colônia sua estabelecida num bairro especial de Memphis, por eles exclusivamente habitado. Nessa época navegaram por todo o oriente do Mediterrâneo, e chegaram até Chipre, sendo com o auxílio deles que esta ilha ficou submetida ao domínio dos Egípcios. As suas tendências e hábitos comerciais levaram-nos à ilha de Creta, à Cilícia e até ao Mar-Negro, estabelecendo por toda a parte colônias e feitorias. No Ocidente alargaram-se pelo litoral do norte da África e estabeleceram colônias nos territórios em que hoje existem as regências de Trípoli e de Tunis. Cruzando-se ali com a população indígena, deram origem ao povo dos libi-fenícios, que chegaram a adquirir importância na Antiguidade. Pelo interior da Ásia estenderam as suas relações comerciais até ao rio Tigre e à Arábia.

Pelo século XIII antes da era cristã os Fenícios de Sídon tinham chegado ao máximo estado de adiantamento e de influência. Foram então vítimas dos Filisteus, que se haviam estabelecido entre a Fenícia e o Egito. Sídon foi tomada e destruída por estes; e a hegemonia Fenícia passou depois para Tiro, começando então o segundo período da História deste povo.

Nesse novo período, Tiro, sucedendo a Sídon como centro do domínio colonial dos Fenícios, elevou-o bem depressa ao auge da prosperidade. A direção, porém, que imprimiu ao movimento de expansão colonizadora teve que ser diversa. As populações gregas



tinham-se ido desenvolvendo pelas duas margens do mar Egeu, e não só obstaram a que os Fenícios fossem por ali estabelecendo novas colônias, mas chegaram a desalojá-lo de algumas posições adquiridas. Por isso os Tírios tiveram que abandonar aquele caminho e trataram de espalhar-se para os lados do ocidente do Mediterrâneo, que ainda estava desembaraçado. Foi assim que se ocuparam em estabelecer colônias e feitorias na Sicília, na Sardenha, na Córsega, em Malta, nas ilhas Baleares, nas costas da Gália, e nas da península ibérica, ao mesmo tempo que na margem meridional do mesmo mar alargaram também os seus domínios, fundando as cidades de Útica e de Hipona. Por fim, transpuseram o estreito hoje chamado de Gibraltar, indo fundar estabelecimentos pela costa ocidental da Europa, onde se supõe que chegaram às costas da Grã-Bretanha, e indo também para o sul, onde talvez chegassem a aportar às ilhas Canárias e às de Cabo-Verde.

Então o poderio fenício chegou ao máximo esplendor e teve a sua idade de ouro. Reinava Hirão I, que foi contemporâneo dos reinados de Davi e de Salomão nos Hebreus. Com estes reis teve ele aliança e por tal modo promoveu a grandeza Fenícia, que a influência desta chegou a sentir-se consideravelmente em Jerusalém, onde Astarte (uma divindade dos Fenícios) teve culto, sendo esse um dos atos de idolatria, com que por vezes os Israelitas ofenderam a Deus.

Logo depois se começou, porém, a manifestar a decadência da Fenícia. Duas causas poderosas concorreram para ela: as lutas civis dentro de Tiro, com sucessivas revoluções, e os progressos das navegações e da colonização dos Gregos que vieram a deslocar as dos Fenícios. Numa daquelas resoluções, que ocorreu durante a menoridade do rei Pigmalião, foi assassinado o regente do estado e teve que expatriar-se sua viúva Elisa, que com os seus partidários foi para a África, onde fundou a cidade de Cartago. Esta Elisa é a rainha que figura com o nome de Dido na *Eneida* de Virgílio.

A diminuição do domínio no exterior e a fraqueza do poder no interior, fizeram que a Fenícia fosse sucessivamente invadida pelos Assírios, pelos Babilônios e pelos Egípcios. Do domínio destes três povos passou depois ao dos Persas, a que se submeteu

voluntariamente, e por fim veio a ser conquistada por Antígono, um dos generais de Alexandre Magno, que a assediou com uma numerosa frota e a venceu, passando ela ao domínio daquele imperador, que substituiu na Ásia a dominação dos Persas.

---

## OS CARTAGINESES

Crê-se geralmente que a cidade de Cartago foi fundada, (como acima dissemos) por Dido, pelos anos 888 antes da era cristã; contudo há quem afirme que ela havia sido edificada antes, pelos anos 1059, por uma colônia Fenícia de Tiro.

Seja como for, o que é certo é que os Cartagineses aparecem-nos, pelos anos de 540 antes de Cristo, constituindo já uma república de certa importância. Nessa época aliaram-se com os Etruscos e forneceram-lhes trinta navios para o ataque da Córsega.

A república de Cartago tinha um senado e duas assembleias populares, que elegiam os magistrados encarregados da administração civil e os generais incumbidos do comando dos exércitos. O senado era formado por todos os cidadãos notáveis por sua idade, nascimento, riqueza ou mérito pessoal.

Cartago, nas suas guerras, empregava unicamente soldados estrangeiros assalariados, para não despovoar a república que ocupava apenas uma limitada área de 75 léguas quadradas, e para que os seus cidadãos não abandonassem o comércio, que era a fonte da riqueza e do poderio do estado. A Numídia e a Espanha forneciam-lhe a sua cavalaria; a Gália, a Ligúria e a Grécia, a sua infantaria; e as ilhas Baleares, os seus fundibulários, tão notáveis pela destreza.

Os Cartagineses foram senhores da Sardenha; tiveram estabelecimentos seus na Espanha e na costa da Sicília. Eram hábeis e ousados navegadores, — o que, junto à vantajosa posição geográfica de Cartago, foi causa do seu engrandecimento e riqueza.

Durante dois séculos viveram em paz com os Romanos, com os quais celebraram tratados, que estabeleciam os limites recíprocos da navegação e regulavam o comércio entre as duas repúblicas. Mas a crescente prosperidade de Cartago começou a inspirar inveja aos Romanos, e esse sentimento mais tarde ou mais cedo devia acender a guerra entre as duas nações. Foi o que sucedeu.

Tendo-se originado guerra na Sicília entre os Mamertinos e Hierão (rei de Siracusa), pediram os primeiros socorro aos Romanos, enquanto Hierão recorreu ao auxílio dos Cartagineses. Tal foi a causa das guerras entre Cartagineses e Romanos, conhecidas pelo nome de *guerras púnicas* (do latim *Poeni*, que a princípio queria dizer “*Fenícios*”, mas que mais tarde se ampliou em significação, compreendendo os Cartagineses). Houve três *guerras púnicas* designadas por sua ordem cronológica: primeira, segunda e terceira.

A primeira guerra púnica durou do ano 264 a 241 antes de Cristo. Nela os Romanos, conquanto muito menos práticos do que os Cartagineses na arte de navegar, começaram por uma brilhante vitória naval. Perto das ilhas de Lipari, bateram a frota de Cartago e meteram-na a pique. A frota romana era comandada por Duílio Nepote, a quem por isso Roma ergueu uma estátua. Cornélio Cipião, general romano, expulsou os Cartagineses da Córsega e da Sardenha. E Regulo, depois de tomar Chipre, chegou triunfante diante de Cartago; mas, vencido por sua vez por Xântipo (general lacedemônio que fora em socorro dos Cartagineses), foi aprisionado. Enviado, sob palavra, a Roma para que negociasse a troca dos prisioneiros, Régulo aconselhou, pelo contrário, o senado a que não entrasse em tais negociações, — pelo que, voltando a Cartago, sofreu morte cruel.

Metelo, outro general romano, expulsou os Cartagineses da Sicília; mas, enquanto isto se passava, a frota romana, comandada por Cláudio Pulcher, era completamente destruída junto de Lilibeia. Por fim, depois de uma grande vitória dos Romanos, comandados pelo cônsul Lutácio, sobre os Cartagineses sob o mando de Amílcar, celebrou-se a paz com a condição dos segundos cederem aos

primeiros todas as ilhas situadas entre a Itália e a África e pagarem-lhes durante dez anos um tributo anual de 2.200 talentos.

A segunda guerra púnica teve a seguinte origem. Os Cartagineses, para compensação das perdas sofridas em resultado da primeira guerra, trataram de alargar os seus domínios na península hispânica. Amílcar Barcas subjugou uma grande parte dela e Asdrúbal edificou Cartagena. Os Romanos, que não podiam ver com bons olhos o novo engrandecimento dos seus rivais, começaram a inquietar-se com aquelas conquistas e exigiram dos Cartagineses que firmassem tratados, pelos quais se obrigassem a não estender as suas conquistas além do Ebro e a respeitarem Sagunto, que era aliada de Roma. Mas Aníbal, filho de Amílcar, depois de se haver apoderado de várias outras povoações, pôs cerco a Sagunto e destruiu-a. Isso foi motivo para a segunda guerra púnica.

Aníbal, tomando a ofensiva, invade a Itália e ganha diferentes vitórias, chegando Roma (não obstante o talento do pro-ditador Fabio) a estar seriamente ameaçada. Mas o senado de Cartago hesitou em mandar a Aníbal os socorros pedidos; este teve que procurá-los na Sardenha, na Sicília e na Macedônia, e mandou ir da Espanha seu irmão Asdrúbal com um novo exército de Espanhóis e de Gauleses. A desorganização, a heterogeneidade destes elementos, e a sua indisciplina, valeram aos Romanos nas apertadas circunstâncias a que haviam chegado. Além disso o socorro levado por Asdrúbal não pode chegar ao seu destino, porque aquele general, detido no caminho por um exército romano sob o mando dos dois cônsules, teve que dar-lhe batalha em que morreu, sendo desbaratada toda a sua gente.

Entretanto Públio Cipião com um exército romano passou a África e foi cercar a própria cidade de Cartago. Aníbal teve que deixar a Itália para acudir em socorro da capital da sua pátria, e ali foi derrotado nas planícies de Zama. Passou-se isto no ano 202 antes da era cristã. Esta vitória de Cipião pôs termo à segunda guerra púnica.

No seu regresso a Roma, Cipião foi alvo das mais esplêndidas ovações, e deram-lhe o cognome de *Africano*.

Depois da paz de Zama, pode dizer-se que a existência de Cartago foi uma lenta agonia. Massinissa, rei da Numídia, espoliou-a de muitas povoações e de grande extensão de território; os Cartagineses apelaram para Roma, porque Massinissa era aliado dos Romanos; mas o senado de Roma, prometendo-lhes justiça, deixou que aquele rei permanecesse na posse dos territórios de que se tinha apoderado. Para aparentar uma arbitragem, enviou Catão a Cartago; mas este, vendo a cidade rica e próspera, sentiu reviver o ódio contra a rival de Roma. E voltando, sempre terminava os seus discursos no senado pela frase, que ficou célebre: *delenda Cartago* (“deve ser destruída Cartago”). Tendo os Cartagineses repellido um novo ataque de Massinissa, Roma pretextou que houvera violação do tratado de paz de Zama e declarou a terceira guerra púnica, que, depois de vária sorte, terminou por um cerco a Cartago, no qual os Cartagineses foram reduzidos pela fome. Cipião Emilio, o segundo *Africano*, general romano, tomou a cidade e arrasou-a. Comissários do senado de Roma tomaram posse do território cartaginês e fizeram dele uma província romana, com o nome de *África*. Foi isto no ano 146 antes de Cristo.

---

## OS SÍRIOS

Nada se conhece ao certo dos tempos primitivos da História da Síria. A História dos seus reis confunde-se inteiramente naquela época com a dos monarcas assírios. Até ao desmembramento dos estados de Alexandre, a Síria foi sucessivamente invadida pelos reis de Nínive, pelos de Babilônia, pelos Persas em tempo de Ciro, e finalmente pelo dito Alexandre. Depois da morte deste, Nicator Seleuco (um dos seus generais) começou a fundação do grande reino da Síria, apelidado também “reino dos Selêucidas” do nome do seu fundador. A Nicator Seleuco sucedeu no trono Antíoco Soter, que bateu os Bitíneos, os Macedônios e os Galates.

O rei mais célebre da Síria foi Antíoco, cognominado o *Grande*. Depois de ter conquistado a Judeia, a Fenícia e diversos outros países, concebeu o plano de submeter ao seu domínio as cidades livres da Grécia Asiática, Lampsaco, Esmirna e outras. Pediram estas cidades socorro aos Romanos, e estes enviaram embaixadores a Antíoco, convidando-o a que deixasse aquelas cidades em paz e a que restituísse a Ptolomeu Filadelfo o território que por conquista lhe tinha tirado. Antíoco respondeu, declarando guerra aos Romanos. Seguiu-se uma luta em que aquele rei foi vencido por Cipião o *Asiático*, que só lhe concedeu a paz depois dele haver dado satisfação aos Romanos. Mais tarde Antíoco Epifanes usurpou a Demétrio o trono da Síria; teve várias guerras com os estrangeiros e tomou Jerusalém. Naquela cidade mandou matar grande número de habitantes, roubou os vasos sagrados do templo; e, voltando à Síria, deixou a Judeia governada, em seu nome, por seus generais, que exerceram muitas perseguições contra os Judeus. Ordenou por uma lei que todos os povos sujeitos ao seu império usassem as mesmas superstições gentílicas seguidas neste; e, depois de ter profanado o templo de Jerusalém, mandou Nele colocar uma estátua de Júpiter Olímpico. Por medo das perseguições, muitos Judeus abandonaram o culto do verdadeiro Deus e lançaram-se no seio da idolatria; outros, fiéis às suas crenças e às suas leis, sofreram por isso tormentos cruéis. Alguns destes tornaram-se muito notáveis, pela sua corajosa resistência às ordens do conquistador, e pelo valor com que sofreram o martírio. O velho Eleazar, varão de mais de 90 anos, foi apresentado em Antioquia ao rei Antíoco, como réu de observar a lei mosaica e de não querer sacrificar aos falsos deuses. Não sendo possível obrigá-lo a comer das carnes proibidas nem a fingir que o fazia, foi cruelmente martirizado. Sete irmãos, conhecidos pelo nome de “Irmãos Macabeus”, juntamente com sua mãe, que os exortava à perseverança na lei e na fé, sofreram os mais atrozes suplícios até expirarem, desprezando as promessas e as ameaças com que o rei os queria vencer.

Matatias (sacerdote da tribo de Levi), sendo já de idade muito avançada, matou a um israelita que na sua presença, obedecendo às ordens de um soldado de Antíoco, ia para sacrificar aos falsos

deuses, e em seguida matou também o mesmo soldado. Feito isto, retirou-se com seus cinco filhos Judas Macabeu, João, Simão, Eleazar e Jônatas; e, juntando os Judeus que ainda seguiam o verdadeiro Deus, foi restabelecendo por toda a parte o verdadeiro culto e derrubando os altares e estátuas dos falsos deuses. Caindo doente, recomendou à hora da morte aos filhos que com as armas defendessem a pátria e a religião contra os tiranos. Judas Macabeu tomou logo o comando das tropas; e, com grande valor, foi lançando fora da Judeia os Sírios. Venceu vários generais de Antíoco em diferentes batalhas, e reparou e purificou o templo de Jerusalém. Morreu entretanto Antíoco; e, ainda depois disso, Judas Macabeu prosseguiu na guerra contra os Sírios, dos quais libertou completamente a Judeia.

O último rei da Síria foi Antíoco II. No seu tempo, o reino da Síria, que tinha durado por 238 anos, caiu em poder de Roma, da qual ficou sendo uma província.

---

## OS PERSAS

É extremamente obscura e confusa a História dos Persas anterior a Ciro, que viveu no século VI antes da era cristã. Está intimamente ligada à dos Medos.

Ciro era filho de Cambises, rei da Pérsia, tributário dos Medos, de cujo rei Ciaxaro II era sobrinho.

Pela morte de Cambises e Ciaxaro, Ciro sucedeu-lhes nos governos e reuniu o obscuro reino da Pérsia ao da Média. Sob o seu governo, foi a Pérsia um grande império, ao qual estiveram sujeitos a Grande Ásia, a Ásia Menor, a Síria e a Arábia.

A Ciro sucedeu seu filho, também chamado Cambises. Sob o mando deste soberano ainda mais cresceu o poderio da Pérsia, que se acrescentou com a conquista do Egito. A causa da guerra entre as duas nações foi Cambises ter pedido a Amasis (rei do Egito) sua filha em casamento, e este, enganando-o, ter-lhe enviado, em vez

dela, a filha de Apriés. Para tirar vingança de tal afronta, Cambises entrou no Egito, encontrou-se perto de Pelma com o exército egípcio, comandado por Samenito (filho e sucessor de Amasis), bateu-o e desbaratou-o. Depois apoderou-se de Memphis e de Sais; e em seguida empreendeu a conquista da Etiópia. Para isso seguiu o curso do Nilo até Tebas, e dali destacou 50.000 homens do seu exército para irem combater os Amonitas e queimar o templo de Júpiter; mas aquela gente, três dias depois da saída de Tebas, ficou toda sepultada nas areias do deserto, levantadas e revoltas por um tremendo furacão. Também Cambises se viu impedido de continuar a sua marcha sobre a Etiópia, por haver perdido, em resultado do calor e de privações de todo o gênero, as três quartas partes do seu exército e por ter depois sofrido uma horrível fome, durante a qual os soldados se devoravam uns aos outros.

Cambises no princípio mostrara-se no Egito com disposições para usar de uma política de conciliação para com os vencidos, chegando a adotar os títulos e os trajes dos antigos Faraós, e fazendo-se iniciar nos mistérios de Osíris. Porém, depois do malogro das suas tentativas contra a Etiópia e contra os Amonitas, mudou completamente de sistema e mostrou-se animado de grande intolerância e ferocidade. Saqueou e incendiou as cidades e os templos; mandou assassinar os sacerdotes do boi Ápis, o qual por sua própria mão apunhalou; destruiu por toda a parte as imagens dos deuses; e por fim saiu do Egito para se recolher à Pérsia. Quando chegou à Síria, rebentou a revolta do falso Smerdis, um impostor que se inculcava como o irmão de Cambises (que este assassinara logo nos primeiros tempos do seu reinado). Apressou-se em ir desmascarar o rebelde que usurpava o nome de seu irmão, que ele sabia estar morto; mas, ferindo-se numa perna ao montar a cavalo, desse ferimento lhe resultou a morte, sucedida logo depois da entrada na Pérsia.

Heródoto e outros Historiadores pintam este Cambises como um monstro de ferocidade, e contam dele vários feitos atrozes, como o de ter assassinado com um pontapé dado no ventre a sua irmã



Meroé (com quem tinha casado, conforme ao uso da Pérsia, e que dele estava grávida).

Morto Cambises, sucedeu-lhe no trono o falso Smerdis, que continuou a fazer-se passar por seu irmão, e que era simplesmente o irmão de um mago, a quem estava incumbida a administração do palácio real. Conseguiu reinar oito meses; mas, passados eles, sete dos mais poderosos chefes persas urdiram uma conspiração, desmascararam-no, deram-lhe a morte, e aclamaram rei o mais ilustre entre eles (Dario, filho de Histapes).

No reinado de Dario os Babilônios revoltaram-se, e foram reduzidos à obediência pelo estratagema de um oficial persa chamado Zópiro que, havendo mutilado voluntariamente o rosto, foi persuadir os Babilônios de que tinha sido vítima da crueldade de Dario. Admitido na cidade, abriu as portas ao exército persa. Dario intentou depois subjugar os Gregos; enviando contra eles um numeroso exército, comandado por seu genro Mardônio, exército que foi desbaratado por Melquíades na planície de Maratona. Quando Dario tinha aparelhado novo exército e se dispunha para segunda expedição, foi surpreendido pela morte.

Seu filho Xerxes, que lhe sucedeu, pôs-se à frente daquele numeroso exército, cuja força alguns Historiadores elevam a 1.700.000 homens, e de uma esquadra de 1.200 navios, dirigiu-se a atacar a Grécia para vingar a derrota de seu pai em Maratona; mas foi completamente derrotado na batalha de Salamina, e teve que tornar a passar o Helesponto. No ano seguinte, novo exército, comandado por Mardônio e enviado com igual intento contra a Grécia, foi desfeito junto de Plateia por Pausânias (general da Lacedemônia), e por Aristides. Xerxes veio a morrer assassinado, no vigésimo ano de governo, por Artabano (capitão da sua guarda). Sucedeu-lhe seu filho Artaxerxes que, constrangido por Simon (filho de Melquíades), que o venceu perto de Chipre, teve que dar a liberdade aos Gregos da Ásia.

Depois dele reinou Dario II, que se aliou com Esparta contra Atenas; e a este sucedeu Artaxerxes Nemon, cujo irmão, Ciro o *Moço*, se

revoltou contra ele, com o concurso de tropas gregas, terminando a revolta pela batalha de Cunaxa, em que aquele príncipe foi morto, fato a que se seguiu a célebre “retirada dos dez mil” picturesquemente descrita pelo Historiador Xenofonte.

Pela paz de Antalcidas os Gregos da Ásia tornaram a cair sob o jugo dos Persas — cujo império se ia, contudo, progressivamente enfraquecendo. O último rei foi Dario Codomano, no princípio de cujo governo foi a Pérsia invadida pelas tropas de Alexandre Magno, o qual, nas três batalhas de Grânico, do Isso, e de Arbela, destruiu todo o poder daquela nação, que na última delas se rendeu à discricção do vencedor.

Durante seis séculos permaneceu a Pérsia confundida no imenso império dos Partos; mas, no ano 228 da era atual, Artaxerxes, filho de um simples soldado, tendo-se elevado pelos seus méritos às mais altas dignidades, levantou os Persas contra Artabano, ganhou diversas vitórias e, sendo aclamado rei, fundou o segundo império persa. Depois de haver reinado treze anos, com muito discernimento e presígio, morreu, legando a coroa a seu filho Sapor. Este devastou a Mesopotâmia, a Síria e a Cilícia; e ter-se-ia tornado senhor de toda a Ásia, se Odenato, rei de Palmira e aliado dos Romanos, não tivesse obstado à continuação das suas vitórias e conquistas. Aprisionou o imperador romano Valeriano ao qual, depois de o conservar por algum tempo cativo, mandou esfolar em vida. Sapor foi, por sua vez, vencido por Odenato; e, tendo regressado aos seus estados, foi pouco depois assassinado. Depois destes acontecimentos foi sucessivamente enfraquecendo o segundo império persa. No século IV da era cristã Sapor II tornou a fortalecê-lo com suas conquistas, mas por pouco durou essa época de renascimento. O império recaiu bem depressa, e a decadência foi progredindo até ao momento em que no século VII a Pérsia foi subjugada pelos Árabes.

Os Persas foram célebres no tempo de Ciro pela sua austeridade e pela sua coragem. As crianças (segundo conta Platão) recebiam uma educação própria para delas formar bons cidadãos, úteis à pátria. Até à idade de dezessete anos permaneciam fora da casa paterna,

entregues a educadores, especialmente incumbidos de lhes inocularem no espírito os ditames da coragem e da virtude.

O império era dividido em províncias, governada cada uma por um *sátrapa*, que recebia diretamente ordens do rei. Era tida em especial consideração a agricultura, e muito honrados os que a exerciam; os cultivadores mais ativos e laboriosos eram recompensados e admitidos uma vez em cada ano à mesa do soberano. A administração da justiça estava confiada a varões sábios e prudentes, e os juizes que prevaricavam eram punidos com a pena de morte. A legislação não se limitava a cominar penas contra os crimes e delitos; tratava também de os evitar, inspirando o horror ao vício e o amor à virtude.

Os Persas eram monoteístas; adoravam uma só divindade, que era Mitra (o Sol); os emblemas da onipotência do Criador eram entre eles os fogos sagrados, mantidos com o maior respeito e solícitude. Os *magos*, ou sacerdotes, eram homens notáveis pelo seu saber, pela sua gravidade e pela austeridade da sua vida; eram os sábios e os jurisconsultos da nação.

Depois da época de Ciro, entregaram-se os Persas a todos os excessos de devassidão; dissolveu-se a disciplina do exército; os grandes da nação abandonaram a existência viril, que os distinguia, e caíram na inação e na ociosidade, o que foi uma das principais causas da decadência e da queda, do império.

---

## OS HINDUS

Dá a Geografia a denominação de Índia a uma extensa península, situada ao sul da cordilheira do Himalaia, que é uma das de maior altitude no mundo. Divide-se a península em três regiões diferentes: — 1ª, o *Industão* propriamente dito, constituído pelo território das duas bacias do Indo e do Ganges; — 2ª, o *Decan*, península situada ao sul daquela região e que termina no cabo Comorim; — 3ª, a *Índia central*, constituída pela zona de planaltos, que se estende, do

ocidente para o oriente, desde o mar de Omã até ao golfo de Bengala.

As populações que habitam a vasta península indiana podem classificar-se do seguinte modo: — a raça ariana, ou hindu (Gujarati, Bengali, etc.), que é a que predomina no Indústão; a raça dravídica (Tamul, Telinga, Karnataka, etc.), predominante no Decan; os restos das raças primitivas (Gond, Bilá, Kolária, etc.), estabelecidos nas diversas regiões da Índia central.

A História da raça ariana divide-se em quatro períodos, que podem chamar-se: *védico*, *épico*, *bramânico* e *búdico*.

No *período védico*, e em época que não pode determinar-se com precisão, uma parte do grupo dos Árias orientais destacou-se, constituiu uma nação à parte (os *Hindus*), que se dirigiu para o vale de Cabul (antigamente, Kubha), atravessou o rio Indo e estendeu-se pelas campinas de Pendjab (antigamente, Panchanada).

Grande número dos hinos que figuram no célebre *Rig-Veda* referem-se a fatos, que se passaram neste primeiro período histórico, caracterizado pela imigração e pelo primitivo estabelecimento da raça ariana em terras da Índia. Quando esta raça ali chegou, encontrou o território ocupado por diferentes populações que, ou eram aborígenes, ou pelo menos tinham longo tempo de habitação naquelas paragens. Parte destas populações foi absorvida e assimilada pela raça invasora; outra parte foi pouco a pouco destruída em lutas porfiadas de séculos. A princípio os Árias não formavam uma nação única, mas conservaram-se por muito tempo divididos num certo número de tribos, as mais notáveis das quais foram a dos *Bharatas*, a dos *Iksuakus* e a dos *Pauravas*, que chegaram ainda independentes até ao período histórico seguinte, e vieram a ser troncos das poderosas dinastias que então se estabeleceram em terras do Indústão.

Durante todo o período védico o viver dos Hindus teve a natureza pastoril, e a sua organização sociológica distinguiu-se pelo carácter

patriarcal. Ainda entre eles não havia o regime das castas, que só mais tarde veio a aparecer.

O período *épico* ou *heroico* decorreu desde que os primeiros hindus entrados na Índia passaram o rio Sarasuati até que, deslocando-se progressivamente, chegaram à foz do Ganges. Este período foi caracterizado pela imigração continuada e pelas lutas entre os que primeiro tinham ocupado uma localidade e os que, vindo mais tarde, os obrigavam a abandoná-la e a progredir na imigração.

Deu-se durante este período um curioso fenômeno histórico. Chegando os primeiros hindus à península Indiana, por muito tempo limitaram a sua ocupação a uma zona de território que tinha por limite oriental o rio Sarasuati. Novas tribos, descendo também o vale de Cabul, obrigaram as primeiras, que tinham começado a estabelecer-se nas planícies de Pendjab, a abandonar as posições primitivas e a ir sucessivamente imigrando de localidade em localidade. Isto deu como resultado o fenômeno de uma enorme massa de população a deslocar-se, com movimento lento e secular ao longo de uma vasta região, até que esse progredir parou na embocadura do Ganges.

Estas deslocações sucessivas originaram grandes guerras entre as diferentes tribos; e não só essas lutas, mas também as que houve entre os Hindus e os povos que primitivamente ocuparam aqueles territórios, assinalaram todo o período épico. A mais antiga das lutas conhecidas entre as tribos arianas é designada na História por “guerra dos dez reis”, e deu-se entre a tribo dos Bharatas (cabeça de uma confederação de dez nações, que tinha por chefe o célebre Vishuamitra) e a tribo dos Tritsus (a que presidia o igualmente célebre Vasista). Esta última tribo havia passado o Sarasuati antes da das dez nações; e depois, tendo ocupado território, opunha-se à passagem dela, que ia invadir-lho. Por ocasião daquela guerra, conseguiu deter o movimento dos rivais; mas mais tarde viu-se obrigada a ceder o lugar perante o ímpeto, cada vez mais irresistível, de novas ondas de população que invadiam a Índia.

Ao passo que as tribos invasoras iam ocupando definitivamente territórios e iam assentando posições, iam-se formando dinastias. As duas mais importantes deste período foram: a chamada *Solar*, que reinou sobre os Tritsus ou Kosalas e teve a sua capital em Aiodia; e a *Lunar*, que reinou sobre os Bharatas e teve a sua capital em Hastinapura. Entre dois ramos da dinastia *Lunar* houve uma tremenda guerra; foi entre os Kurus e os Pandus. Depois de várias fases que a grande luta apresentou, os Kurus foram por fim inteiramente desbaratados pelos Pandus, que ficaram reinando em Hastinapura. Com esta guerra terminou o período épico ou heroico.

No período bramânico os Pandus, vencidos os Kurus, ficaram constituindo uma poderosa dinastia, à qual foi fácil, com o andar dos tempos, subjugar as diversas populações arianas que ocupavam aquela região. Formada assim uma grande e opulenta nacionalidade, em breve esta se sentiu naturalmente animada de tendência expansiva, mandando sucessivas expedições a colonizar o Decan, o qual tentou conquistar arrancando-o às nações dravídicas, que até então o haviam ocupado. A História destas guerras deu assunto ao grande poema índio o *Ramaiana* que tem por tema fundamental a conquista do sul da Índia e da ilha de Lanká (hoje Ceilão) pelos Árias. Nada, porém, positivo se apura naquele poema com respeito aos fatos íntimos da referida guerra, — porque o caráter do *Ramaiana* é inteiramente mítico; e só um grande esforço de interpretação chega a explicar os seus episódios e a significação dos seus personagens.

Além daquelas expedições, o interesse histórico deste período da História antiga da Índia concentrou-se todo na nova constituição social que nesta despontou e se veio a firmar e radicar com o tempo. A classe dos guerreiros, que até então fora a primeira em categoria e consideração, cedeu o lugar à dos sacerdotes, que ficou sendo a aristocrática e preponderante. O regime que desde aquela época dominou na Índia, e que ainda hoje ali tem profundas raízes, é o chamado *regime das castas*. Por esse regime a sociedade é dividida na Índia em quatro classes, religiosa e intransigentemente fechada cada uma delas a elementos estranhos, e dispostas hierarquicamente na

forma seguinte: — 1ª a dos *brâmanes* ou sacerdotes; — 2ª a dos *kshatrias* ou guerreiros; — 3ª a dos *vaishias* ou comerciantes; — 4ª a dos *sudras* (a ínfima) ou dos servidores. Esta última julga-se que provêm dos restos da população aborígene, que os Árias não puderam aniquilar nem assimilar, e que só admitiram no seu corpo social com aquela forma e aquele mister degradantes. No chamado “Código de Manu” está expressa e formulada esta forma do regime estabelecido na sociedade Indiana.

Ao período bramânico sucedeu o período búdico, que fecha a História antiga da Índia. Neste período a teocracia bramânica sofreu um grande abalo e teve que defender-se em luta porfiada. No século VI antes da era de Cristo apareceu na Índia um homem de talento extraordinário, que era ao mesmo tempo um propagandista audacioso e infatigável. Chamava-se Sakia-muni, era filho de um rajá de um país vizinho do Nepal, e teve o cognome (pelo qual ficou eternizado na História) de Buda (ou *sábio*). Filósofo de temperamento, aos vinte e nove anos de idade abandonou o palácio paterno, as riquezas e o direito à realeza para viver no deserto, investigando a verdade. Nove anos depois, fortalecido o espírito com as meditações da solidão, voltou ao povoado; e começou a pregar nova doutrina às multidões, reunidas ao acaso. Por toda a parte orava, — expondo os seus princípios, (quer nas povoações, quer nos campos) à gente de todas as condições sociais. Servia-se na sua prédica, de parábolas (o mesmo sistema que depois foi seguido por Cristo). Apresentava a princípio a sua doutrina como uma simples reforma; mas ela tendia à ruína completa do bramanismo, substituindo ao regime das castas o princípio da igualdade de todos os homens perante a lei moral, e às falsas virtudes pregadas pelos brâmanes a prática do bem. Às promessas de salvação (isto é, da união com a essência divina) só concedida pela religião antiga aos brâmanes, substituía a capacidade, para todos os homens, de gozarem da bem-aventurança, ganha por seus méritos e virtudes. Rompia com o privilégio da casta dos brâmanes, para chamar ao sacerdócio os pobres e os mendigos que quisessem dedicar-se à vida religiosa. A sua doutrina admitia seis elementos de perfeição, que eram: a ciência, que devia ter por objeto distinguir os verdadeiros

dos falsos bens; a energia, que devia consistir na resistência contra os nossos maiores inimigos, os prazeres dos sentidos; a pureza, que era a vitória adquirida por aquela resistência; a paciência, que consistia em sofrer os males imaginários e os transitórios; a caridade, laço de união entre os homens; a esmola, como consequência necessária da caridade.

Tão simpática e tão santa doutrina, que tantos pontos de semelhança tem com a de Cristo, não podia deixar de fazer, como fez, um proselitismo enorme.

Assim pregou até aos oitenta anos, respeitando sempre a ordem estabelecida, e proclamando (como o fez mais tarde Cristo) que aos príncipes se devia dar o que lhes era devido. Por sua morte, os discípulos reuniram os principais discursos dele e convocaram o primeiro concílio búdico, em que tomaram parte 500 religiosos. Depois de sete meses de discussão, esse concílio assentou na forma do culto e no corpo das doutrinas, o que tudo ficou mais precisado em segundo e terceiro concílio, que se reuniram, um no século V e o outro 150 anos antes de Cristo.

Por fim os brâmanes, conhecendo o perigo eminente que já corria a religião antiga e o edifício social, que eles haviam construído, e à sombra dos quais viviam e desfrutavam comodidades, honras e distinções, começaram uma luta feroz contra o budismo, chegando a desencadear contra os seus prosélitos uma atroz perseguição. Entre outros anátemas, pregavam os brâmanes: “Que desde Ceilão até ao Himalaia, coberto de neve, os budistas sejam exterminados. Quem poupar a criança ou o velho, sofra a pena de morte”. Esta perseguição deu resultado na Índia, que voltou toda ao bramanismo; mas o budismo espalhou-se no Tibete (que é hoje o seu centro), na Mongólia, na China, na Indochina e em Ceilão. Nestes países conta ainda muitos milhões de seguidores, sendo contudo poucos os que praticam as doutrinas e os preceitos de Buda na sua pureza.

A civilização Indiana, toda com caráter religioso, não primou nem pelo progresso das ciências nem pelo das artes. Em ciência, só a da



gramática e da linguagem se desenvolveu consideravelmente; da arte só ficaram monumentos grandiosos nas proporções, mas de pouca beleza artística. Prosperaram, porém, algumas indústrias entre os Índios.

---

## OS CHINESES

Não se conhece a duração da sociedade chinesa, à qual as suas tradições maravilhosas atribuem 80.000 a 100.000 anos de existência. O que é certo é que o povo chinês é muitíssimo antigo, havendo nas suas tradições mais ou menos certas conhecimento de fatos anteriores 3.500 anos a Cristo, — e, desde o século XXVI da mesma era, História positiva que apresenta seguidos anais.

Ignora-se completamente quais foram a origem e o modo de formação dos chineses, habitantes do *Celeste Império* ou *Império do Meio*. Até ao século XXII antes de Cristo os imperadores eram eletivos; daquela época em diante estabeleceu-se o princípio hereditária na sucessão, modificado num ponto (e era que os grandes do império podiam escolher entre os filhos do soberano defunto o que julgassem digno de suceder-lhe).

O imperador Yu foi fundador da dinastia dos *Hia*, que durou quatro séculos e que acabou no meio de grandes desordens e de uma atroz tirania. A segunda dinastia, a dos *Chang*, foi fundada por um príncipe de merecimento superior cujas virtudes foram celebradas por Confúcio, e veio a acabar como a anterior, sendo o seu último representante um tirano abominável, destronado por Wu-Wang, príncipe de *Tehéu*, que contra ele se revoltou. Este, tomando o governo, reorganizou o antigo “tribunal da História”, cujos membros gozavam de inamobilidade, que lhes assegurava a independência. Durante esta dinastia os reinos feudatários da China, que já desde antiga data existiam, aumentaram até ao número de 125, e na China constituiu-se um verdadeiro feudalismo. Este, porém, acabou em perfeita anarquia; o imperador chegou a absoluta impotência, e um dos seus feudatários ofereceu sacrifício

ao céu (prerrogativa exclusiva do soberano), e prendeu no palácio o último imperador daquela dinastia. Começou nova dinastia, a dos *Thsin* que, destruindo todos os pequenos principados, reconstruiu com sua unidade e poderio o grande império. Um imperador dela, Chi-Hoang-Ti, concluiu aquela transformação, abriu grande número de estradas, perfurou montanhas e, para impedir as correrias dos Tártaros nômades, mandou construir a *grande muralha*, que mede 2.500 quilômetros de comprimento. Tornou-se porém, tristemente célebre pela perseguição dos letrados e pelo incêndio dos livros. Na sua enorme vaidade, queria que tudo datasse do seu reinado e pretendeu assim apagar os vestígios do passado. Não pode, felizmente, matar todos os sábios, nem destruir todos os livros. A monarquia chinesa, que naquela data foi perturbada por tão violento e insensato reformador, voltou depois à sua tradicional quietação; os sábios recuperaram a sua influência; e o país aumentou consideravelmente em prosperidade. Mas depois, minada por vícios de dissolução interior, não teve força para resistir às invasões dos Mongóis que, transpondo a grande muralha, foram causa da divisão da China em dois reinos, separados pelo rio Azul, e nos quais houve diferentes dinastias, que todas tiveram uma existência obscura. Li-Ang tornou a reuni-los no ano 618 da era atual; mas não conseguiu robustecer o império restaurado, de modo que pudesse resistir às repetidas Invasões mongólicas. Estas invasões continuaram durante a Idade Média, e são já estranhas ao assunto do presente livrinho.

É a civilização da China uma das mais antigas que se conhecem; mas, apesar disso, é a que menos tem progredido ou, melhor diremos, a que por maior decurso de tempo tem permanecido estacionaria. Tem sido causas desse estacionamento o temperamento próprio da raça chinesa, a sua forma de governo, a sua religião e o isolamento em que a nação se tem conservado a respeito do resto do mundo.

A forma de governo tem sido sempre como que patriarcal. O imperador é simultaneamente soberano e pai de todos os seus súditos, que de um extremo a outro do império formam uma única

família, sem distinção de castas ou hierarquias. As doutrinas de Confúcio tem contribuído principalmente para conservar às instituições chinesas a sua estabilidade.

Confúcio viveu no século VI antes de Cristo. Os seus livros, sendo como que o evangelho do Império Celeste, são estudados por todos os que tem que sujeitar-se aos exames que habilitam para os títulos literários e para o exercício dos cargos públicos. Confúcio não foi legislador, nem teve autoridade para promulgar leis; mas ensinou a “sabedoria”. E na prática das doutrinas por ele professadas assenta todo o edifício político e religioso na China.

Segundo ele, a moral dos antigos sábios, que é a da verdadeira e eterna sabedoria, consiste na observância das três leis fundamentais das relações entre o soberano e os súditos, entre o pai e os filhos, e entre o marido e a mulher; e também em praticar as cinco virtudes capitães (que são: a humanidade, isto é, uma caridade universal para com todos os indivíduos da nossa espécie sem distinção; a justiça, que dá a cada um o que lhe é devido, sem favorecer um em prejuízo de outro; a conformidade aos ritos prescritos e aos usos estabelecidos, a fim de que os que formam a sociedade tenham uma maneira comum de viver, e participem todos de iguais vantagens e de iguais incômodos; a retidão, ou a inteireza de espírito e de coração, que faz que cada um busque a verdade, sem se deixar ofuscar pelo interesse, próprio ou alheio; a sinceridade e boa fé, ou a lisura e confiança, que exclui toda a dissimulação e toda a falsidade, quer nos atos quer nas palavras).

Os seus princípios religiosos fundamentais são os seguintes. O céu é o princípio universal, a origem fecunda de que todas as coisas procederam. Os nossos antepassados, dele oriundos, foram a origem das gerações seguintes. Dar ao céu testemunhos de agradecimento é o primeiro dever do homem; mostrar gratidão aos antepassados é o segundo. É por isso que Fou-Hi estabeleceu cerimônias em honra do céu e dos antepassados.



## OS GREGOS

Na Antiguidade, a Grécia propriamente dita era apenas uma região constituída por uma pequena porção de território do continente europeu, e pela península que na bacia Oriental do Mediterrâneo termina o mesmo continente, entre o mar Jônio ao ocidente e o mar Egeu (hoje denominado Arquipélago) ao oriente. Também pertenciam à Grécia as numerosas ilhas que há nas proximidades daquela região. As diversas populações que na Grécia vieram a ter importância histórica derivaram-se todas da raça ariana, da qual constituíam um grupo especial (o helênico). Este grupo, pela brilhante civilização que no seu seio se elaborou, constitui um dos mais nobres da História, e formou uma individualidade distintíssima através dos séculos.

Na obscuridade dos primitivos tempos, parece que os primeiros habitantes da Grécia foram os Pelasgos e os Jônios. Os primeiros povoaram com suas tribos a Ásia Menor, a Grécia e a Itália, lançaram nestes países os primeiros fundamentos da civilização, e por toda a parte deixaram nos seus monumentos provas eternas da sua atividade e das suas poderosas aptidões. Desapareceram, porém, sem que sobre o seu destino ulterior haja tradição segura.

Quando a Grécia apenas saía do estado selvagem, vieram (segundo antigas tradições) colônias dos países mais civilizados da Ásia e da África trazer-lhe os conhecimentos das artes úteis e uma religião mais pura. Foi assim que Cecropes, oriundo do Egito, desembarcou na Ática, reunindo os habitantes dela em diversas povoações, das quais Atenas veio a ser a capital; ensinou-lhes algumas culturas, promulgou as leis do casamento e instituiu o tribunal do Areópago, destinado a julgar os pleitos. Do mesmo modo na Beócia, Cadmo introduziu o alfabeto fenício e edificou Cadmeia, entorno da qual se elevou mais tarde a cidade de Tebas. Dano introduziu em Argos algumas das artes do Egito; e Pelopes, frígio, estabeleceu-se na Elida, de onde a sua raça se espalhou por toda a península que dele tirou o nome. O acontecimento dominante daquela época foi a invasão dos Helenos que do norte da Grécia, sua primeira habitação,

se derramaram por todas as outras partes da península, à custa dos Pelasgos que foram absorvidos pela população invasora.

Após esta época primitiva seguiram-se os tempos heroicos, em que homens de grande valor físico percorriam a Grécia, para a libertar dos salteadores, dos opressores e dos animais selvagens. Passando a sua vida a combater todos os flagelos, aqueles heróis recebiam dos povos agradecidos as honras de semideuses; mas muitas vezes abusavam da sua força e das suas vantagens pessoais. Entre outros foram notáveis Hércules e Teseu. Também ficaram nas tradições poéticas: os Argonautas e a sua viagem aventureira até à Colchida, em busca do *velocino de ouro*; os sete chefes que foram cercar Tebas, infamada pelos crimes de Édipo e pelas dissensões entre seus filhos; o sábio Minos; etc.

Foi neste período que se deu a guerra de Troia. Esta cidade era a capital de um poderoso reino estabelecido no noroeste da Ásia Menor e o último resto do domínio dos Pelasgos. O célebre Páris, filho de Príamo (rei de Troia), fez uma viagem ao Peloponeso e dali furtou e levou para a sua pátria Helena, mulher de Menelau (rei de Esparta ou Lacedemônia). Pedindo-a depois o marido e os mais Gregos aos Troianos, estes negaram-se a entregá-la, pelo que lhes foi por aqueles declarada a guerra. Quase toda a Grécia com seus príncipes foi a esta expedição, levando por general supremo o rei Agamenon. Às ordens deste príncipe iam Aquiles (capitão de grande valor), Ajax Telamônio, Ajax Oileu, Diomedes, Menesteu, Ulisses (rei de Ítaca), e Nestor (varão de idade já muito avançada). Foi posto cerco a Troia; mas durante quase dez anos não houve batalha decisiva. Troia, defendia-se e parecia disposta e habilitada a continuar a defender-se com vantagem, não obstante a falta de Heitor, que a comandava e que morreu às mãos de Aquiles. Os Gregos usaram por fim de um stratagem; fingiram retirar-se, deixando no campo, como presente, um gigantesco cavalo de madeira, que os Troianos recolheram dentro de suas muralhas. Mas no corpo do animal ocultavam-se os mais bravos dentre os Gregos, que assim se introduziram na cidade, cujas portas abriram ao resto do exército. Desse modo caiu Troia, sendo Príamo assassinado ao pé

dos altares. Os príncipes gregos que não haviam morrido na luta, voltaram a caminho da sua pátria; mas grandes infelicidades os esperavam. Uns morreram na viagem; outros, como Ulisses, andaram muito tempo desviados do caminho por ventos adversos; outros (como Agamenon) ao chegarem aos seus países, encontraram os tronos ocupados por usurpadores, de que foram vítimas; outros, enfim, viram-se obrigados a ir estabelecer habitação em regiões longínquas, como Diomedes e Idomeneu.

Toda a História desta época está tão eivada de fábula, que é quase impossível apurar-se a verdade.

Os oitenta anos que se seguiram à guerra de Troia foram todos ocupados por dissensões intestinas, que derrubaram as antigas dinastias, e transferiram a preponderância para as mãos de novos povos. Estas revoluções, e outras que mais tarde houve, deram lugar a várias correntes de emigração; e ao longo das costas da Ásia Menor, da África, da Sicília, e da Itália, formou-se uma nova Grécia, que cresceu e prosperou, e por muito tempo foi mais rica do que a metrópole. Foi assim que os Gregos se estabeleceram em Esmirna, Focea, Éfeso e Mileto (na Ásia Menor); em Cirena (na África); em Messina e Siracusa (na Sicília); e em Taranto, Nápoles e Sibaris (na Itália). Nas colônias da Ásia, em contato com as velhas sociedades do Oriente, começou a evolução civilizadora, de que Atenas veio a ser mais tarde o brilhantíssimo foco.

Mas, apesar de tão grande dispersão da população grega, apesar da divisão da Grécia em tantos estados, a grande família helênica conservou a sua unidade nacional, pela comunidade da língua e da religião, pela celebridade de alguns oráculos (o de Delfos principalmente, ao qual concorria gente de todos os pontos do mundo grego), e por algumas instituições gerais que conservavam estreitos os laços morais das populações entre si.

Entre 800 e 700 anos antes de Cristo, houve de notável na Grécia o aparecimento das leis de Licurgo. Este personagem nasceu em Esparta. A viúva do rei Polideto, seu irmão, ofereceu-lhe com a sua mão de esposa o trono de Esparta, com a condição dele matar seu

sobrinho Carilaus. Recusou-se a isso Licurgo; e, como os grandes do reino se mostrassem contra ele irritados pela sábia administração que usara como regente, durante a menoridade do sobrinho, resolveu exilar-se e viajou por muito tempo, estudando a legislação dos outros povos e voltando a Lacedemônia, depois de uma ausência de dezoito anos, com o intento de fazer adotar reformas importantes nas leis do reino. A pitonisa de Delfos apoiou com a sua autoridade religiosa as reformas propostas; e os Espartanos, fatigados das suas dissensões intestinas, que laceravam o estado, acolheram-nas favoravelmente.

As leis políticas de Licurgo mantiveram as relações estabelecidas entre os Espartanos, como povo dominador, e os Laconianos, como povo subjugado. Regularam os direitos da realeza distribuídos por duas casas soberanas; os do senado, composto de varões de idade superior a sessenta anos; os da assembleia geral, que podia aceitar ou rejeitar as propostas feitas pelo senado ou pelos reis; enfim, os dos *éforos*, magistrados anuais, que administravam a justiça. As suas leis civis são muito mais notáveis e de muito maior alcance; e tiveram por fim estabelecer a igualdade entre todos os cidadãos. Para chegar a tal fim, dividiu ele as terras em 39.000 porções (30.000 para os Laconianos e 9.000 para os Espartanos). Para manter a igualdade entre os cidadãos, Licurgo proibiu o luxo e a moeda de ouro e de prata; e instituiu as refeições públicas, em que reinava a maior frugalidade. Vedou aos Espartanos o comércio e a cultura das artes e das letras, sujeitando-os todos a iguais exercícios físicos, com a mira de formar cidadãos robustos para a defesa da pátria. Ao mesmo fim era dirigida a educação das crianças, que mais pertenciam ao estado do que à família; a criança que nascia disforme, matavam-na.

Acabadas por esta legislação rigorosa as discórdias interiores, e robustecida assim Esparta, concluiu esta a conquista da Lacônia e empreendeu a do Peloponeso. Combateu a tribo dórica dos Messênios, com a qual teve duas guerras, (uma que durou vinte anos e a outra dezessete). As vitórias nestas lutas alcançadas deram

grande nomeada aos Espartanos, que no século VI antes da era cristã eram considerados como o primeiro povo da Grécia.

Pelo mesmo tempo florescia também Atenas, conquanto os defeitos da sua organização social dessem origem a grande mal-estar interior e a repetidas perturbações. A grande desigualdade dos haveres tinha dado origem à formação de duas classes: a do *seupátridas*, ou senhores das terras, e a dos *thetas*, ou servos que as cultivavam. Além destas duas havia ainda a dos escravos propriamente ditos.

A morte de Codro, último rei dos Atenienses, deu lugar a estabelecer-se uma nova forma de governo. Os dois filhos dele, Medon e Nileu, disputaram entre si a coroa. Os Atenienses, que tinham sido sempre muito ciosos da sua liberdade, aproveitaram este ensejo para a reivindicarem completamente; declararam que depois de Codro não havia ninguém digno do título de rei e puseram à testa da república um primeiro magistrado a que deram o nome de *arconte*, e cuja autoridade era muito limitada. Durante mais de três séculos foi esta magistratura vitalícia e hereditária; no fim desse tempo tornou-se eletiva, e as funções de *arconte* foram limitadas a dez anos. Mais tarde ainda, o poder foi distribuído por nove *arcontes*, cujo mandato durava um ano. Daí provieram grandes dissensões, divisões de partidos, rivalidades e desordens.

Para obviar a tantos males viu-se que era necessário fazer leis, que fossem superiores a todas as magistraturas. Foi escolhido para as formular Drácon, homem de virtudes austeras e que gozava da estima geral. Drácon apresentou um código de leis de tal severidade, que revoltaram os espíritos mais exigentes e que não puderam ser executadas. Como novas dissensões puseram em novo perigo o estado, recorreu-se a Sólon, varão ilustrado e de grande patriotismo, a quem foi dada a missão de fazer as necessárias leis e organizar uma constituição fundada em princípios racionais e estáveis.

Dividiu Sólon o povo em quatro classes, segundo o rendimento de cada um. Os cidadãos das três primeiras classes eram os únicos que podiam exercer cargos públicos; os da quarta, composta da ínfima



plebe, eram admitidos a votar nas assembleias públicas, das quais se excluía os estrangeiros. Decretou a pena de morte contra todo o *arconte* que se embriagasse, e declarou excluído da tribuna e indigno de falar ao povo todo o homem de vida depravada. Estabeleceu que os *arcontes* se informassem da ocupação de todos os cidadãos e que declarassem infames os que persistissem na ociosidade, depois de por ela terem sofrido três condenações. Decretou que o estado sustentasse até à idade de vinte anos todos os filhos dos cidadãos que morressem no serviço da pátria. Das leis draconianas apenas conservou as que eram dirigidas contra os assassinos. Não fez lei penal contra o parricídio, porque não julgou possível que tal crime se cometesse em Atenas. Para tornar durável a sua legislação, fê-la gravar toda em pranchas de madeira, e depois saiu de Atenas por algum tempo para ir estudar a sabedoria das antigas nações do Oriente.

Quando regressou, notáveis acontecimentos o esperavam. Os partidos tinham reaparecido e das lutas entre eles tinha surgido a tirania de Pisistrato, o qual, sem abolir a constituição, exercia tal influência, que dominava todos os magistrados. Pisistrato duas vezes foi expulso do poder e de Atenas; mas duas vezes conseguiu recuperar o governo, que por fim conservou até à morte. Depois desta sucederam-lhe seus dois filhos Hiparco e Hípias, que governaram conjuntamente; mas em seguida houve novas e continuadas dissensões, até ao tempo de Temístocles, no qual a Grécia, engrandecida com as conquistas de Melquíades e arvorada já em verdadeira potência marítima, viu ainda o seu poder naval acrescentado com 200 navios, mandados construir com o produto das minas de prata de Laurion.

Foram esta armada poderosíssima, e o valor e perícia dos seus generais, que salvaram a Grécia das expedições contra ela organizadas por Dario e Xerxes, de que já falamos no capítulo VII deste livrinho.

Foi sobre todos notável na Grécia o período destas guerras e o tempo que se lhes seguiu. Apareceram então distintíssimos generais, e excelentes estadistas; e o povo grego, não obstante o seu ânimo

irrequieto e o seu espírito sedicioso, parece que reprimiu todos os ardores que podiam ser prejudiciais à causa pública, para só dar livre curso a todas as tendências conducentes ao engrandecimento da pátria e à sua vitória contra os ataques dos inimigos.

Por esta época apareceu Péricles — homem de tal mérito, que deu o seu nome ao século em que viveu e em que a Grécia foi o grande foco da civilização do mundo.

Era filho de Xântipo, o vencedor de Micalé. Educado pelos sábios mais notáveis do seu tempo, mostrou-se desde a adolescência muito instruído em todos os ramos do saber humano. Apesar de estar pelo seu alto nascimento destinado a ser chefe do partido aristocrático, que no começo da vida dele tinha a maior influência em Atenas, esposou a causa do povo, fazendo-se chefe do partido democrático. Fez reformas profundas, em que cerceou as atribuições dos altos poderes do estado em benefício do povo. Em virtude dessas reformas, todas as funções públicas, ainda as mais elevadas, ficaram sendo acessíveis aos cidadãos mais humildes, contanto que a sorte ou a eleição a elas os chamassem.

Como o império sujeito à pequena cidade de Atenas fosse demasiado vasto, para que ela pudesse mantê-lo sujeito, Péricles expediu numerosas colônias que não formaram, como as anteriores, cidades independentes da metrópole, mas sim fortalezas e estabelecimentos militares que mantinham na sujeição a Atenas os países onde existiam.

Não teve Péricles somente em vista a grandeza e o poderio de Atenas; cuidou também da glória dela. Chamou para ali todos os homens eminentes que então havia na raça helênica, os quais todos para lá concorreram, como para a capital da inteligência. Celebravam-se ali festas esplêndidas, que atraíam enorme concurso de todas as povoações gregas.

Atenas chegou assim a ser um dos mais intensos focos de civilização que o mundo tem visto. Ao lado do eminente vulto de Péricles, viram-se então ali brilhar: Sófocles e Eurípedes, dois dos maiores

poetas trágicos conhecidos; Lísias, orador eloquentíssimo; Heródoto, narrador admirável; Aristófanes, o maior poeta cômico da Antiguidade; Fídias, o mais ilustre dos seus artistas; Apolodoro, Zeuxis, Polignoto e Paásios, pintores bastante célebres; Anaxágoras e Sócrates, filósofos notabilíssimos. Ainda depois destes vultos de primeira ordem vieram Ésquilo, Tucídides, Xenofonte, Platão e Aristóteles. Atenas teve por aquela época, a honra de ser não só a “mestra da Grécia”, como lhe chamaram, mas também a mestra do mundo.

Depois de vencida a batalha de Salamina, tinha-se Atenas colocado à frente de uma confederação dos gregos insulares e Asiáticos, a fim de prosseguir na guerra contra os Persas; mas tendo-se os sitiados cansado de combater, havia ela aceitado os seus tributos em vez de contingentes militares e continuara por si só a sustentar a luta, no interesse comum. Depois da guerra, continuou a cobrar os mesmos tributos, pretextando que precisava estar pronta para impedir uma nova invasão. Os aliados, com o tempo, entenderam que era duro estar a pagar para as festas e para os monumentos de Atenas; e queixaram-se. As suas queixas, porém, foram duramente repelidas, pelo que eles dirigiram as suas suplicas a Esparta. Esta, ciosa sempre da grandeza e das glórias de Atenas, procurou formar uma liga continental, cujas forças opusesse às das cidades marítimas e insulanas sujeitas aos Atenienses. A princípio houve só hostilidades parciais; mas mais tarde tornou-se geral a guerra, depois do ataque de Plateia (aliada dos Atenienses) pelos Tebanos (aliados de Esparta). Essa luta é conhecida pela designação de “guerra do Peloponeso”.

Durante dez anos correu esta guerra, com vantagem ora para uma ora para outra das contendoras, até que Nícias assinou um tratado de paz, que tem o seu nome. A paz, porém, contrariava os cálculos de Alcibíades, que contava com a guerra para se elevar; por isso propôs este a expedição à Sicília, que teria sido bem sucedida, se ele, acusado de sacrilégio, não fosse privado do comando do exército. Alcibíades retirou-se então para Esparta, de onde dirigiu duros golpes contra a sua pátria. Os Atenienses puseram cerco a Siracusa;

mas, em resultado da pouca energia de Nícias, tal cerco terminou pela destruição da esquadra e do exército ateniense, cujos chefes foram mortos pelos Siracusanos e os soldados reduzidos à escravidão. Este desastre foi um enorme golpe para Atenas.

Contudo a guerra continuou; e os Atenienses ainda por vezes obtiveram vantagens, que obrigaram Alcibíades a fugir de Esparta. Entretanto em Atenas rebentou uma revolução, na qual a democracia foi sacrificada a um conselho superior composto de 400 membros, que substituiu o senado, e a uma reunião de 5.000 cidadãos escolhidos, que substituiu a assembleia do povo; mas pouco depois um exército que operava em Samos fez uma contrarrevolução, restabelecendo o governo democrático e aclamando Alcibíades. Este foi chamado a Atenas, e com a sua vinda restabeleceu-se a autoridade do povo. Os Atenienses ganharam duas batalhas navais no Helesponto, uma grande vitória, tanto em terra como no mar, em Cízica, e por fim tomaram Bizâncio. Estas vitórias foram, porém, o resultado de um grande esforço, que exauriu o resto da vitalidade de Atenas.

Ciro o *Moço*, que buscava a aliança de Esparta, para arrancar a seu irmão Artaxerxes II a coroa da Pérsia, forneceu a Lisandro, que governava em Esparta, grandes recursos para levar a cabo a guerra. Com este auxílio, os Espartanos derrotaram os Atenienses em Egos-Pótamos; e pouco depois Atenas foi tomada, as suas fortificações arrasadas, a sua marinha reduzida, desorganizado o seu exército e abolida a constituição democrática, que principalmente concorreu para a sua grandeza e para a sua glória.

A hegemonia grega passou para Esparta, que não soube usar dela com a mesma habilidade e esplendor com que o fizera Atenas. Ciro o *Moço* levou por diante o seu plano com o auxílio dos Espartanos, avançou até ao pé de Babilônia, onde ganhou a batalha de Cunaxa; mas foi morto, e à sua morte seguiu-se a retirada chamada “dos dez mil” a que já nos referimos, operada através de 400 léguas de terreno, pelas montanhas impérvias da Mesopotâmia e da Armênia até ao Mar-Negro. O êxito desta retirada revelou o enfraquecimento do grande império persa; por isso, poucos anos depois o espartano

Agesilau, resolveu conquistá-lo. Chegou a reunir grandes forças e muitas alianças, mas o seu plano ficou frustrado, porque os Persas tiveram artes de suscitar guerra interior no seio da própria Grécia. Por sua instigação, Corinto, Tebas e Argos formaram uma liga, em que entraram também Atenas e a Tessália. Agesilau, regressando da Ásia, conseguiu vantagens em terra, restabelecendo o domínio de Esparta; mas o ateniense Conon, comandante de uma frota Fenícia, arrancou-lhe das mãos o domínio marítimo e com o ouro dos Persas, restaurou as fortificações de Atenas.

Esparta, inquieta pelo renascimento da sua rival, enviou mandatários à Pérsia, a tratar com ela dos meios de lhe entregar os gregos da Ásia, aceitando todas as condições. Era o resultado do abatimento moral e da depravação que tinha ganhado a raça helênica. Destruiu algumas cidades e perseguiu diversas populações sujeitas a Atenas, até que os seus excessos tiveram um castigo. Um dos seus generais surpreendeu e tomou à falsa fé Cadmeia, cidadela de Tebas, que era então aliada de Esparta. O tebano Pelópidas, à frente de alguns proscritos, libertou, porém, a sua pátria, e reuniu numa aliança comum todas as cidades da Beócia. Tendo os Espartanos mandado contra estes povos coligados um exército, Epaminondas desbaratou-o na batalha de Leuctras, levando a guerra até ao seio do Peloponeso. Abriu caminho até aos muros de Esparta, na qual, contudo, não pode entrar; mas, para a conter em respeito, edificou aos seus lados Megalópolis e Messena, dois ótimos pontos fortificados. Esparta procurou por toda a parte aliados contra estes novos dominadores da Grécia; mas Epaminondas em ativa guerra sustentou firme a dominação de Tebas, dominação que veio a cair com ele, morto no meio da sua vitória de Mantinea.

Poucos anos depois, Filipe da Macedônia, tendo libertado o seu país do jugo e da influência dos estrangeiros, quis engrandecê-lo, acrescentando-lhe a Grécia. Tomou e submeteu diferentes povoações, com que foi aumentado o seu império, observando-se por toda a extensão da Grécia uma grande falta de energia e um fraco espírito de resistência. Só os Atenienses velavam pela pátria comum, guiados pelo grande cidadão e grande orador Demóstenes,

que nas suas eloquentes orações mostrava os planos ambiciosos de Filipe. Mas Atenas não pode sustentar por si só, durante longo tempo, uma luta tão desigual, e por fim teve que firmar, por conselho do próprio Demóstenes, um tratado de paz com o rei da Macedônia.

Enquanto Atenas, descansando na fé deste tratado, se abandonava às festas e às suas ocupações ordinárias, Filipe transpôs as Termófilas, penetrou na Fócida, e conseguiu ser admitido no conselho anfitiônico. Os Atenienses salvaram ainda Perinto e Bizâncio, às quais Filipe seria obrigado a levantar os cercos. À voz de Demóstenes, que não cessava de lhes mostrar os perigos, nas suas imortais *Filipinas*, os Atenienses e os Tebanos, esquecendo a sua mutua rivalidade, reúnem os seus esforços para oporem ao inimigo comum; mas o seu exército, comandado por generais inábeis e talvez vendidos ao ouro de Filipe, foi desbaratado numa grande batalha na planície de Ceroneia. Depois desta batalha, Filipe propôs-se catar a simpatia dos Gregos, que tratou com as maiores blandícias, e conseguiu ser por eles nomeado generalíssimo das tropas destinadas a marchar contra a Pérsia. Para preparar esta grande expedição voltou a Macedônia, onde foi assassinado por Pausânias durante a celebração dos jogos olímpicos.

Sucedeu-lhe seu filho Alexandre com vinte e um anos de idade. Tendo os Bárbaros, que seu pai subjugara, tomado as armas, ele, para lhes estorvar os movimentos, levou o seu exército até ao Danúbio, passou este rio numa noite e derrotou os rebeldes. Julgando os Tebanos aquele ensejo propício para se libertarem dos Macedônios, apoderaram-se da cidadela, cuja guarnição degolaram. Alexandre reuniu logo um exército, com que entrou na Beócia, exigindo deles que lhe entregassem os autores da revolta. Como lhes recusassem, deu-lhes batalha, destruindo-os e tomando Tebas; que saqueou e destruiu.

Os Atenienses, receando então haver incorrido na cólera de Alexandre, mandaram-lhe emissários a implorar clemência. Este usou para com eles de generosidade, da qual contudo esperava tirar partido para os seus planos de conquista; pacificou a Grécia e reuniu

em Corinto deputados de todas as repúblicas helênicas, que o nomearam general em chefe de uma expedição contra os Persas. Para levar desse modo a efeito o plano de seu pai, confiou o governo da Macedônia e da Grécia a Antipater e partiu com um exército de 30.000 homens de infantaria e 5.000 de cavalaria, à conquista da Pérsia, onde então reinava Dario Codomano.

Então começou para Alexandre uma série de vitórias e de conquistas, que constituem uma verdadeira epopeia. Entrou na Frigia depois de atravessar o Helesponto sem dificuldade; na passagem do Grânico, defendida por um exército persa de 100.000 homens de infantaria e mais de 10.000 de cavalaria, derrotou este, apoderando-se depois de Sardes, que era a chave da Alta Ásia. Éfeso, Mileto, Halicarnasso e todas as cidades da costa da Ásia entregaram-se-lhe.

No ano seguinte, para se opor à continuação das suas conquistas, levantou Dario um grande exército e resolveu levar a guerra ao coração da Macedônia. Menon, seu general em chefe, à testa da expedição, tomou as ilhas de Chio e de Lesbos. Alexandre não quis entregar ao acaso de um combate naval a glória até ali alcançada; abandonou aos Persas o domínio do mar e fez convergir todos os seus esforços para se apoderar dos portos e cortar toda a comunicação entre o exército inimigo e a Grécia. Tendo subjugado a Lídia, dirigiu-se para a Pamfília sem encontrar obstáculos; atravessou a Capadócia, foi à Cilícia e a Tarso, de onde partiu ao encontro do exército de Dario, que derrotou nos desfiladeiros do Isso. A mãe, mulher e filhos de Dario caíram em seu poder e Alexandre tratou-os com a maior generosidade. Apoderou-se depois da Fenícia, e tomou Tiro depois de sete meses de cerco. Subjugou em seguida a Judeia, e tomou Damasco, onde estavam os tesouros de Dario. Intentou destruir Jerusalém, por lhe haver recusado viveres; mas desistiu do seu propósito, em presença das súplicas que lhe dirigiu o sumo sacerdote Jado.

Da Judeia dirigiu-se para o Egito, onde bastou a sua presença, para que todas as povoações se lhe entregassem. Foi até à embocadura do Nilo, onde lançou os fundamentos da cidade de Alexandria.

Encaminhou-se para o Alto-Egito, penetrou no deserto e chegou até ao oásis em que estava estabelecido o templo de Júpiter Amon, e onde os sacerdotes lhe concederam o título de “filho de Júpiter”.

Do Egito voltou à Ásia e penetrou na Armênia, indo ao encontro de um terceiro exército de Dario, que derrotou, apesar da grande superioridade numérica deste, entrando triunfante em Babilônia. Esta vitória tornou-o senhor do grande império persa; e ele, para segurar as suas conquistas, marchou em perseguição de Dario que foi morto por um traidor do seu próprio exército, Besso, em Ecbatana.

Alexandre tomou sob a sua proteção a família de Dario; marchou contra Besso, que se fizera proclamar rei em Bactriana, apoderou-se dele e mandou-o matar. A posse do mar Cáspio e as estradas militares que abriu para Herat e para Nicapur patentearam-lhe as comunicações com todos os diferentes pontos da Pérsia.

Depois de ter assentado tão vasto domínio, resolveu passar à Índia. Atravessou o Indo, aliou-se com o rei Dáxilo e subjugou diferentes estados vizinhos deste. Adiantou-se até ao interior da Índia, onde edificou diversas cidades, e preparava-se para atravessar o Háfaso, quando as suas tropas, fartas de tão longo exílio e de tanta peregrinação, se recusaram a segui-lo e lhe pediram para voltar à pátria. Alexandre anuiu a este desejo. Depois do seu regresso, ainda subjugou os Oxidracos e outros povos, percorreu a Média, e entrou em Ecbatana, onde faleceu o seu favorito Efestion.

Voltando a Babilônia, foi ali alvo do maior triunfo. Recebeu embaixadores de todas as partes do mundo, acolhendo com especial agrado os da Grécia. Quis fundir os Gregos e os Persas num só povo, por meio de alianças e de colônias, e espalhou por todo o Oriente as ideias, a literatura e a civilização da Grécia. Durante um ano elaborou esses planos, mas não pôde pô-los em execução, porque veio a morrer aos 39 anos de idade, no ano 324 antes de Cristo.



Falecido Alexandre, os Macedônios, depois de alguns dias de contestações e de jogo de intrigas e de ambições, escolheram para rei a Arideu; mas bem depressa se desfizeram dele, bem como da família de Alexandre. Os generais, que haviam sido deste, trataram de apoderar-se das conquistas que ele fizera, e a partilha foi origem de uma guerra que veio a terminar com a batalha de Ipso.

Enquanto os sucessores de Alexandre disputavam entre si as conquistas da Ásia, a Grécia intentou recuperar a sua liberdade. Demóstenes, que ficara sendo o inspirador do patriotismo e do partido nacional, promoveu a guerra da independência, que acabou por um desastre. O grande orador sendo proscrito, envenenou-se no exílio. Com esta morte toda a esperança se perdeu. Ainda Arato conseguiu restaurar a antiga confederação das cidades de Acaia; e essa confederação ia talvez estender-se, para formar uma barreira perante as ambições da Macedônia. Mas Esparta, que se tinha novamente elevado sob o governo de Cleómenes, correu a embargar-lhe o passo. Cleómenes foi vencido; porém os Macedônios, que tinham auxiliado os Aqueus contra ele, ficaram outra vez preponderantes. Os Romanos começam a inquietar-se com essa preponderância, resolvem intervir, ganham a batalha de Cinócefalo, dissolvem a confederação acáica, e declaram livres todas as cidades da Grécia. Estas regozijam-se com o fato, sem compreenderem que os Romanos dividiam para dominar e absorver. Conheceram tarde o seu erro; e, quando quiseram reconstruir a confederação e se armaram para resistir aos Romanos, estes venceram a batalha de Leucopetra, junto de Corinto; esta cidade foi queimada pelo cônsul Múmio, que comandava o exército de Roma; a Grécia foi declarada província romana, e o povo que a habitava, e que tão brilhante papel representara na civilização do mundo, foi absorvido na grande massa das populações sujeitas ao domínio de Roma. Ficou a Grécia sendo governada por um pretor, nomeado anualmente pelo senado romano. Só Atenas conservou até ao tempo do imperador Vespasiano uma constituição republicana.



## OS ROMANOS

A Itália, como a conheciam e designavam na Antiguidade, era constituída pela península alongada, existente no sul da Europa, que se prolonga com direção sueste entre os mares Adriático e Tirreno e na extensão de 800 quilômetros. Também lhe pertencia a Sicília (ilha dela separada por um pequeno estreito), bem como a vasta planície que se estende até à base dos Alpes (que é atravessada pelo rio Pó e cuja metade superior era conhecida pelo nome de Gália Cisalpina). Aos pés das montanhas da Sabina, iam encontrar-se as férteis planícies do Lácio e da Etrúria, sobre as margens do rio Tibre. A alguma distância da sua confluência com o Arno, passa este rio entre novas colinas, duas das quais — o Janículo e o Vaticano — dominam a sua margem direita e as outras estão sobranceiras à esquerda. Foi ali que se edificou Roma.

Durante muito tempo, e apesar da preponderância que a população e os estabelecimentos do Lácio adquiriram, conservou-se a península dividida em diversas nacionalidades, estabelecidas nas seguintes regiões do território; Ligúria, Etrúria, Campânia, Lucânia, Apúlia, Sânio, Úmbria, etc. A unidade política da Itália peninsular somente veio a realizar-se depois de um grande número de tentativas e de esforços contínuos e pertinazes de Roma, para vencer as nacionalidades autônomas locais, que eram muito ciosas dos seus direitos e da sua independência.

Roma deve ter sido primitivamente uma colônia de Alba Longa, cidade que pertencia à confederação do Lácio. Ignora-se, porém, ao certo como se fundou, quais os elementos a que deveu origem, e as circunstâncias que se deram nos seus primeiros tempos. A História verdadeira da sua primeira época é ainda hoje ignorada, porque como História verdadeira não pode considerar-se a coleção de fábulas e de tradições maravilhosas e inverossímeis, que antigos Historiadores colheram das lendas e das crendices populares.

A História dos sete reis de Roma passa por ser uma lenda em que figuram: 1º rei, Rômulo, que com seu irmão Remo edificou no monte Palatino a cidade de Roma; 2º rei, Numa, monarca religioso

inspirado pela ninfa Egéria; 3º rei, Tulo Hostílio, que destruiu Alba Longa, depois da guerra entre Horácios e Curiácios; 4º rei, Anco Marcio, que foi o fundador de Óstia; 5º rei, Tarquínio o *Antigo*, vencedor das cidades latinas do Tibre superior; 6º rei, Sêrvio Túlio, o legislador, amigo do povo; 7º rei, Tarquínio o *Soberbo*, tirano abominável que foi expulso pelos Romanos, sendo com essa expulsão abolida a realeza.

Contam os antigos Historiadores nos seguintes termos a fábula da fundação de Roma. Rômulo e Remo eram filhos do deus Marte e de Réa Sílvia (filha de um rei de Alba), que fora feita vestal (para não poder casar nem ter descendência) por seu tio Amúlio que derrubou seu pai do trono. Sabendo Amúlio do nascimento das duas crianças, mandou-as lançar ao Tibre; mas a pessoa encarregada de as deitar ao rio, por compaixão deixou-as na margem, de onde um pastor as recolheu, sendo elas, segundo uns, amamentadas por uma loba, e segundo outros pela mulher do pastor, que dizem se chamava *Lupa* (Loba).

Quando chegaram a homens, Rômulo e Remo reuniram grande número de aventureiros, vagabundos e descontentes; e com eles tiraram o trono a Amúlio, restituindo-o a seu avô materno Numitor, que dele havia sido desapossado. Feito isto, foram fundar uma cidade no sítio em que haviam sido criados, e essa cidade foi Roma. Passou-se isto no ano 753 antes de Cristo.

Rômulo mandou matar a Remo com o pretexto de que este, saltando por um valado (que foi a primeira muralha de Roma), pretendia zombar dele. Povoou a nova cidade com homens dos povos vizinhos que a si atraiu; e, como não houvesse mulheres para com eles casarem, mandou fazer umas festas públicas, para as quais convidou os Sabinos, e às quais concorreram estes em grande número com suas famílias. Em meio dos festejos os Romanos roubaram as mulheres aos Sabinos, fazendo-os fugir. Ao rato das Sabinas seguiu-se uma guerra entre os dois povos, a qual não teve grande duração, porque as próprias ratadas, então já casadas, intervieram para fazer a paz entre os maridos e os pais e irmãos.

A fábula narrada como causa da expulsão de Tarquínio o Soberbo e da abolição da realeza em Roma é a seguinte. Contam que tendo Sexto Tarquínio (filho do rei) injuriado em seu pudor a Lucrecia (mulher do nobre Colatino), esta convocara todos os seus parentes e os outros nobres da cidade para lhes pedir vingança e em seguida se suicidara. Daí resultou uma revolução, capitaneada por Colatino e por Lucio Júnio Bruto, sendo expulso Tarquínio, abolida a realeza e estabelecida a forma republicana. Esta revolução foi toda feita pelos patrícios, e por isso a república ficou nas mãos deles e com feição aristocrática. O governo foi confiado a dois cônsules, sendo os primeiros os dois autores da deposição de Tarquínio, Bruto e Colatino. Refere-se este acontecimento ao ano 509 antes de Cristo.

Tiveram pouco depois os Romanos que sustentar uma guerra contra Persena, rei da Etrúria, que os atacou para restabelecer no poder a Tarquínio. O exército de Persena chegou a tomar o Janículo e a acampar junto dos muros de Roma, pretendendo reduzi-la pela fome; mas foi repellido pelos Romanos com grande denodo, e Persena veio depois a tornar-se amigo e aliado de Roma.

Os Tarquínios continuaram ainda a fazer guerra à república até à morte de Aruns (filho de Tarquínio) que sucumbiu às mãos de Bruto. Este fora ferido mortalmente por Aruns e, concitando todas as suas forças e energia, matou-o, caindo sem vida sobre o seu cadáver.

Anos depois Mânlio (genro de Tarquínio) suscitou contra Roma a guerra, chamada dos Latinos. Estes chegaram a aproximar-se da cidade com um exército numeroso. O povo romano recusava-se a tomar as armas se os nobres ou patrícios, que os oprimiam, não os desobrigassem das suas dívidas e não lhe tornassem melhor o viver. Representava que era ele que fazia a guerra, mas que as vantagens e as honras eram todas para os ricos e nobres. Estes prontificaram-se a adiar a exigência das dívidas, mas não a dá-la por findas. Em tal apuro, por consenso mútuo, criou-se um magistrado supremo, denominado *ditador*, com poder absoluto por seis meses e encarregado de conciliar todos os interesses. Para esse cargo foi escolhido Lárquio que, fazendo-se acompanhar de 24 lictores

armados de machados, aparecia em toda a parte, obrigando todos a entrar na ordem, sob ameaça de morte. O povo amedrontou-se perante esta energia, fez-se o alistamento, e o exército marchou contra os Latinos. Estes pediram um armistício, que lhes foi concedido; e Lúrgio exonerou-se da ditadura. Reapareceram mais tarde os Latinos; mas Aulo Póstumio, nomeado ditador, foi ao seu encontro, vencendo-os numa batalha decisiva em que ficaram mortos Tito e Sexto, filhos de Tarquínio o Soberbo.

Tendo depois os Romanos guerras com os Volscos e os Équos, foi Cincinato encarregado do comando do exército. O lictor que ia dar-lhe notícia da nomeação, encontrou-o com a charrua a arar o campo. Cincinato largou a cultura, pôs-se à frente do exército, e, em quinze dias, derrotou os inimigos. Alcançada a vitória, o herói voltou ao trabalho da sua cultura agrícola, que deixara interrompido. Coriolano, que se vira obrigado a sair de Roma, em resultado de dissensões civis entre os tribunos da plebe e os patrícios, aos quais aquele pertencia, lançou-se no partido dos Volscos e recomeçou com eles a guerra contra os Romanos. Vencido, porém, pelas súplicas de sua mulher e de sua mãe, retirou-se e recolheu ao país dos Volscos que (segundo alguns) o assassinaram.

Seguiu-se a guerra contra os Veientes, — um dos povos etruscos, inimigo eterno dos Romanos, que todos os anos renovava as hostilidades. Os Fábios, família nobre de Roma, ofereceram à república um concurso poderoso e extraordinário, fazendo por si sós uma guerra particular contra os Veientes; mas foram horrivelmente derrotados, ficando os trezentos patrícios, que compunham este pequeno exército, todos mortos junto a Cremera. Notáveis vitórias vingaram, porém, depois esta derrota; diferentes generais romanos ganharam grandes batalhas e se apoderaram das praças fortes do inimigo. Os Veientes eram tão poderosos que, cercados na sua cidade, defenderam-se durante dez anos dos Romanos, os quais haviam jurado não voltar a Roma sem haverem tomado a valorosa povoação dos Veientes. O juramento cumpriu-se e a cidade foi tomada.

Por esse tempo Roma tratou de aperfeiçoar as suas instituições e a sua legislação, adotando algumas das leis vigentes na Grécia. Criaram-se os *decemvíros*, para exercerem o poder em vez dos dois cônsules. As leis que adotaram de Atenas foram pelos Romanos gravadas em doze tábuas, o que lhes originou a designação de *leis das doze tábuas*. Teve pouca duração a instituição dos decemvíros, que foi por sua vez substituída pela de dois cônsules. Esta substituição fez-se por exigência do povo, cansado da tirania dos decemvíros e dos excessos dos nobres. O povo ainda obteve outra vitória: estabeleceu-se que os cônsules tanto pudessem ser eleitos entre os patrícios como entre a plebe, e que se pudessem fazer casamentos entre indivíduos de diferentes classes sociais.

Seguiram-se outras guerras, de algumas das quais tratamos atrás, em diferentes capítulos, a propósito dos outros diversos povos, como a de Tarento, a de Piho, a de Siracusa, as três guerras púnicas, a dos Coríntios, e a da Espanha, que os Romanos submeteram também. Todas estas guerras tiveram como resultado dar a Roma uma vastíssima dominação no mundo.

Assim, no ano 130 antes de Cristo, dominava ela desde o litoral da península ibérica até ao centro da Ásia Menor. Estava sujeito ao seu domínio quase todo o antigo mundo.

Mas a conquista de tão vastos e tão ricos países tinha tido sobre os costumes dos Romanos uma influência desastrosa. Tinham estes renunciado à sua antiga simplicidade e tinham aberto as portas ao luxo. Os nobres tinham-se tornado crapulosos e perdulários; o povo, acessível à venalidade. Dali proveio a decadência que a pouco e pouco produziu a ruína da república e da liberdade.

Catilina, um nobre romano, eivado de todos os vícios da sua classe, aproveitando-se da ausência dos exércitos, que estavam na Ásia combatendo contra Mitrídates, concebeu o negro plano da perda da pátria, tendo por cúmplices alguns dos seus mais nobres compatriotas. Encontrou porém a oposição patriótica dos cônsules Cícero e Antônio; o primeiro, nos seus eloquentes discursos, punha em evidência as conspirações do traidor e concitava contra ele o

patriotismo da plebe; o segundo marchou contra o exército com que Catilina vinha, da Etrúria sobre Roma e desbaratou-o. Catilina foi morto no combate.

Novas calamidades esperavam, porém, a república romana. No meio do excessivo poderio e da dissolução dos costumes, quando Roma celebrava as vitórias alcançadas por Pompeu no Oriente, a grande influência e o grande prestígio deste general despertou a inveja de outros generais e outros nobres ambiciosos, como Metelo, Crasso e César.

Aspirando César a ganhar poder, Crasso a aumentar o seu, e Pompeu a conservar o que possuía, fácil foi aos três ambiciosos combinarem-se para se apoderarem da república. Distribuindo eles a sua força comum, César assenhoreou-se da Gália, Crasso da Ásia, e Pompeu de Espanha; cada um tinha um grande exército sob as suas ordens, por forma que o império do mundo ficou assim dividido entre aqueles três dominadores. Mas a concórdia que aparentavam entre si era unicamente o resultado do receio que cada um deles tinha dos outros. Morto Crasso, bem depressa se rompeu a harmonia entre César e Pompeu. Este, apoiado pelo senado, intimou César para que abandonasse o seu governo e o comando do seu exército. César, em vez de obedecer, marchou sobre Roma e fez sair daí Pompeu e todos os seus partidários. Seguiu-os até à Espanha, onde bateu todos os lugares-tenente de Pompeu, e passou depois à Grécia, onde se encontrou com este na Tessália, perto de Parsália. Vieram às mãos os exércitos de um e outro, a vitória ficou indecisa; mas, tendo-se afastado Pompeu do campo, — o seu exército, perdendo a força moral, foi completamente destroçado.

Pompeu viu-se obrigado a refugiar-se no Egito, onde foi assassinado no momento de desembarcar, por ordem de Ptolomeu. Depois de em África bater Juba, que sustentara o partido de Pompeu, e de derrotar os filhos deste em Espanha, — César recolheu a Roma, onde foi recebido com grande ovação, e onde sobre sua cabeça foram acumuladas as máximas honras.

Bem depressa se urdiu, porém, uma conspiração contra a sua vida. Foram autores dela Bruto, Cássio e outros patrícios; e César morreu sob o punhal de Bruto.

Livres os Romanos de Pompeu e de César, parecia que iam recuperar a antiga liberdade; mas Sexto Pompeu, reclamando os bens de seu pai, tornou-se o flagelo do mar; Otávio, procurando vingar César, soprou a guerra na Tessália, e Antônio amotinou o povo contra os assassinos de César, fazendo com que eles fossem expulsos de Roma.

Antônio, Lépido e Augusto constituíram-se em triunvirato para vingar a morte de César. Otávio e Antônio marcharam contra Bruto e Cássio, que sustentavam o senado, e deixaram Lépido em Roma. Encontraram-se os dois exércitos inimigos na Tessália; a vitória esteve a princípio indecisa; mas depois Cássio, sendo repellido, persuadiu-se de que o mesmo tinha acontecido a Bruto e suicidou-se. Isso produziu a derrota de Bruto, que também se matou, para não cair nas mãos dos inimigos.

A harmonia entre os triúnviros não se manteve muito tempo. Lépido foi desterrado para uma ilha, onde morreu. Antônio e Augusto desavieram-se e romperam hostilidades, acabando a contenda pela batalha de Ácio. Antônio, vencido, suicidou-se; e o Egito foi reduzido a uma província romana.

Doze anos depois de se haver constituído o triunvirato, viu-se Otávio senhor absoluto do grande império romano. Depois de ter estabelecido a paz na terra e no mar, fechou o templo de Jano, em sinal de paz geral. Senhor de tudo, tendo nas suas mãos a força militar, investido nas funções de todas as magistraturas do estado, apesar de conservar as fórmulas republicanas, tomou o título de imperador, com o nome de *Augusto*. Pouco depois, declarou que ia entregar os poderes nas mãos do senado e do povo; mas, tendo disposto convenientemente as coisas, obteve que, em nome do bem público, lhe conservassem o poder por mais dez anos.



Não tendo filhos que pudessem ser herdeiros do império, declarou como tal a Tibério Nero, que adotou por filho. Deu o comando de oito legiões, enviadas ao Reno, a Germânico César, filho de Druso, e fez com que Tibério o adotasse. Veio a morrer na idade de 76 anos.

Foi no seu reinado que, no ano 753 da fundação de Roma, nasceu Jesus Cristo em Belém, cidade da Palestina.

O império romano tentou continuar o domínio universal. Sucederam-se uns aos outros os imperadores, muitos dos quais foram tiranos, e muitos morreram assassinados. O império foi sucessivamente enfraquecendo. Três invasões lhe deram o último golpe: a dos Visigodos, a dos Vândalos e a dos Hunos. Por morte do imperador Teodósio, o império fora dividido entre seus dois filhos: Arcádio teve em partilha o império do Oriente; Honório o do Ocidente. Foi este o que caiu perante a invasão daqueles Bárbaros, no ano 476 da era cristã, fechando com esse acontecimento a História Antiga. O império do Oriente logrou acompanhar ainda o período histórico da Idade Média.



**Iba Mendes Editor Digital**  
**[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)**